

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A MULHER TRABALHADORA DO CORTE DE CANA DA AGROINDÚSTRIA
MODERNA: DIVISÕES TÉCNICAS, ESPACIAIS, SOCIAIS E SEXUAIS DO
TRABALHO.**

Raquel Simão Patricio
São Paulo
2016

UNIVERSIDADE DE SÃO PAULO
FACULDADE DE FILOSOFIA, LETRAS E CIÊNCIAS HUMANAS
DEPARTAMENTO DE GEOGRAFIA

**A MULHER TRABALHADORA DO CORTE DE CANA DA AGROINDÚSTRIA
MODERNA: DIVISÕES TÉCNICAS, ESPACIAIS, SOCIAIS E SEXUAIS DO
TRABALHO.**

Trabalho de Graduação Individual (TGI)
apresentado ao Departamento de
Geografia da Faculdade de Filosofia,
Letras e Ciências Humanas da
Universidade de São Paulo, para
obtenção do grau de Bacharel em
Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Anselmo Alfredo

Raquel Simão Patricio
São Paulo
2016

Se eu fosse seu patrão

Música de Chico Buarque

(eu lírico masculino):

Eu te adivinhava
E te cobiçava
E, te arrematava em leilão
Te ferrava a boca, morena
Se eu fosse o teu patrão
Aí, eu tratava
Como uma escrava
Aí, eu não te dava perdão
Te rasgava a roupa, morena
Se eu fosse o teu patrão
Eu te encarcerava
Te acorrentava
Te atava ao pé do fogão
Não te dava sopa, morena
Se eu fosse o teu patrão
Eu encurralava
Te dominava
Te violava no chão
Te deixava rota, morena
Se eu fosse o teu patrão
Quando tu quebrava
E tu desmontava
E tu não prestava mais não
Eu comprava outra, morena
Se eu fosse o teu patrão

(eu lírico feminino):

Pois eu te pagava direito
Soldo de cidadão
Punha uma medalha em teu peito
Se eu fosse o teu patrão
O tempo passava sereno
E sem reclamação
Tu nem reparava, moreno
Na tua maldição
E tu só pegava veneno
Beijando a minha mão
Ódio te abrandava, moreno
Ódio do teu irmão
Teu filho pegava gangrena
Raiva, peste e sezão
Cólera na tua morena
E tu não chiava não
Eu te dava café pequeno
E manteiga no pão
Depois te afagava, moreno
Como se afaga um cão
Eu sempre te dava esperança
D'um futuro bão
Tu me idolatrava, criança
Seu eu fosse o teu patrão
Mas se tu cuspiasse no prato
Onde comeu feijão
Eu fechava o teu sindicato
Se eu fosse o teu patrão

Agradecimentos

Se agradecer é reconhecer todos os benefícios que me foram concedidos nas diversas relações (pessoais e mesmo institucionais) vividas ao longo do caminho da graduação. Sabe-se desde já que estes, serão insuficientes. Afinal, muitos dos ensinamentos que vivemos só se revelarão tempos depois de ocorridos e estas páginas não dão conta de abrigar tudo que estas relações representam para mim.

Se aqui só se pode exprimir poucos nomes usados para identificar pessoas que tiveram e tem alguma relevância em meu caminho. Trata-se, ainda assim, de um meio limitado para expressar as inúmeras pequenas ou enormes iluminações cedidas, em diversos momentos e experiências, por estas e estes que seguem comigo vida adiante e aos quais chamo de amiga ou amigo.

Por hora se pode dizer que muitas foram as pessoas e as situações que me fizeram crescer - amadurecer, aprender, repensar e me desconstruir também. Movimento que não cessa e não deve cessar até o último dia desta sofrida, contraditória e deliciosa incursão dialética chamada: vida!

É difícil dar conta dos nomes de tanta gente que carrego no coração, nos pensamentos do dia a dia ou nas lembranças de momentos importantes. Portanto expresso aqui minha gratidão a todas e todos que estiveram e estão comigo, desde as primeiras pessoas que conheci antes mesmo de ingressar como estudante (em 2005), os que entraram no mesmo ano/turma e também as pessoas a cruzarem e partilharem do mesmo caminho mais recentemente, Aos “co-habitantes” e vizinhos do Crusp, às amigas queridas de João Pessoa-Pb e aos que viajaram ao meu lado.

À minha mãe Miriam por todo o apoio e os grandes aprendizados e meu irmão Rodrigo que é a pessoa com quem mais dividi ensinamentos e vivências na vida. Muito do que sou hoje, devo a vocês. Os amo e os admiro, ainda que nossas visões políticas não se alinhem sempre!

Ao Rafael, meu lindo companheiro. Obrigada pela força, pelo interesse, por aguentar firme ao meu lado as mazelas de nossa ingrata situação de

precarizados e ainda assim, conseguir provocar momentos de doçura e alegria. E pela infinita disposição em pensar e repensar nossos papéis sexuais sociais, inclusive os materializados por nós mesmos.

Ao professor Dieter, pelos preciosíssimos momentos e aprendizados!

Ao professor Anselmo pela boa vontade, paciência e por me apresentar a leitura crítica. E também às professoras Valéria, Rosa Ester e ao professor Carlão.

E, por fim, o meu muito obrigada aos grupos de estudos que participei e participo. Em especial às companheiras de leitura dos textos da Roswitha.

Resumo

Com o intuito de contribuir com as discussões de Geografia e Gênero, este estudo se lança a fim de compreender, no que tange à perspectiva feminina, como a contradição modernização capitalista x trabalho (fundamentada no mecanismo de dominação patriarcado-capitalista) age, determinando a construção social e espacial do gênero. Trata-se de um esforço no sentido de desvelar as determinações sociais, sexuais, técnicas e espaciais do trabalho, sob a reprodução crítica do capital, para com a mulher, nas esferas do público e do privado.

Nesta pesquisa, analisamos as relações de trabalho ocupadas na etapa produtiva da colheita de cana de açúcar, mecanizada e manual, da Agroindústria Sucroalcooleira da macro área de Ribeirão Preto no estado de São Paulo.

Partindo da perspectiva de que o universalismo abstrato deste moderno sistema produtor de formas-mercadorias introduz mudanças temporais, territorializações, transformações nas relações de produção e a profunda redefinição das estruturas sociais e econômicas, que promovem marcadas alterações na formação sócio-econômica-espacial. O controle espacial e o controle social possuem um mesmo determinante, a lógica do capital. As formas de trabalho da mulher e de trabalho do homem concorrem para a nova fase de (re)produção do espaço.

Inúmeros são os aspectos a serem estudados e problematizados, nesta perspectiva, na organização do trabalho feminino, bem como a forma da inserção e/ou destituição da mão de obra feminina ou ainda o “novo” papel da mulher nesta sociedade do trabalho em crise.

Palavras Chave: Crise do trabalho - gênero - trabalhadoras da agroindústria sucroalcooleira - modernização capitalista crítica.

Abstract

Aiming to contribute to discussions of Geography and Gender, this study seeks to understand, regarding the female perspective, how does the contradiction work x capital (based on the mechanisms of patriarchal-capitalist domination) act, determining or not the social and spatial construction of gender. It is an effort to reveal the social, sexual, technical and spatial determinations of work, under the critical reproduction of capital, regarding women both in public and private spheres. In this research, we analyze labor relations in the productive stage of sugar cane harvesting, mechanized and manual, in the Sugarcane agribusiness Macro region of Ribeirão Preto in São Paulo state. With the perspective that the abstract universalism of the modern system producer of commodity-forms introduces temporal changes, territorializations, changes in production relations and a profound redefinition of social and economic structures, we consider it promotes distinctive alterations in the socio-economic-spatial formation. The spatial control and social control are both determined by the logic of capital. The new forms of female and male work concur for a new phase of (re) production of space. There are numerous aspects to be studied and questioned in this perspective of the organization of feminine work, as well as the insertion and / or destitution of the female workforce, or even the "new" role of women in this society of work in crisis.

Sumário

Introdução.....	8
-----------------	---

Primeiro Capítulo

Formação agroindustrial sucroalcooleira da macro área de Ribeirão Preto.....	19
--	----

Segundo Capítulo

Modernização capitalista e crise do trabalho.....	35
---	----

Força de trabalho humana ocupada na cana.....	35
---	----

A formação da força de trabalho do(a) boia-fria e as diferentes interpretações sobre seu lugar no moderno sistema produtor de mercadorias.....	45
--	----

A Crise do Trabalho ou o trabalho da crise.....	56
---	----

Terceiro Capítulo

Diferenciação sexual do trabalho na modernidade crítica.....	61
--	----

As trabalhadoras do corte mecanizado e o dissociado do valor.....	65
---	----

Considerações Finais.....	75
----------------------------------	-----------

Bibliografia.....	77
--------------------------	-----------

Anexo.....	82
-------------------	-----------

Introdução

O estudo a seguir é fruto de um exercício de reflexão sobre a mulher trabalhadora do corte da cana numa realidade, entendida aqui, como determinada em sua totalidade pelo processo de modernização crítica capitalista (KURZ) e pelo que entende a teoria do valor-dissociação (SCHOLZ). Tendo como pano de fundo um processo bastante complexo em suas particularidades: o de ser *mulher, brasileira, pobre e força de trabalho do corte da cana na macro área de Ribeirão Preto* cuja modernização agrícola se materializa, dentre outras formas, mecanizando as etapas de trabalho e pressionando sobremaneira o cotidiano desta categoria, quando não destituindo-a.

Exposto assim espero não causar a impressão de que fui a campo, com um aporte teórico na cabeça, desejando vê-lo reproduzido em uma realidade qualquer, pois a ordem dos fatos é um pouco diferente. A origem desta pesquisa esta em uma iniciação científica cursada a partir do 3º ano de graduação, com a professora Rosa Ester Rossini, pioneira dos estudos de geografia e gênero no Brasil, desenvolvendo desde a década de 80, estudos envolvendo cortadoras de cana das cidades na região de Ribeirão Preto, com diversas abordagens.

Sem saber ao certo o que pesquisar, mas com a certeza latente que deveria ser algo relacionado à particularidade de ser mulher, num espaço predominantemente masculino¹, fui levada a me debruçar sobre o trabalho da

¹ Pode ser compreendido como tal, uma vez que entende-se o espaço como socialmente produzido a partir de relações e práticas sociais que o qualificam como produto político e ideológico (Lefebvre apud Garcia, 2004). A prática social deliberada deste caso, o trabalho do corte da cana, de caráter rústico, braçal e com necessidade de grande força física é recorrentemente reconhecido como masculino. Enquanto ao feminino, ou à feminilidade, estão atreladas características como doçura, graciosidade, cuidados maternos e delicadeza (Rubin, 1975). Supostamente incompatível com o ambiente do corte de cana, ainda que mecanizado.

Faz-se necessário acrescentar aqui que a referencia feita a Rubin (Gayle Rubin - Tráfico de mulheres: nota sobre a economia política do sexo - 1975) com relação às características socialmente tidas como feminino e masculino, se dá pelo fato de ter sido esta obra o marco inicial no pensamento feminista sobre o categoria gênero. Este, no entanto, não cessa nesta autora, apresentando diversas outras construções. A esse respeito ver Piscitelli, 2002 e Cisne, 2012.

mulher, quais espaços lhe são permitidos no eito da cana, cargos e quais são as dificuldades enfrentadas por ser mulher. Uma grande motivação para este enfoque foi o primeiro trabalho de campo realizado, em que as conversas com 12 cortadoras de cana e 1 tratorista do corte mecanizado, revelaram um ambiente de trabalho bastante desigual. Cheio de histórias de desrespeitos, de assédios morais e sexuais e discursos de resistência daquelas mulheres.

A época muito me intrigou a história da tratorista Leila (que retrataremos com mais detalhes adiante), única mulher de uma equipe de corte mecânico, com 20 homens, e que se vestia como um homem (em suas próprias palavras), ao ir trabalhar, para ser respeitada pelos colegas.

Entender o cotidiano deste trabalho sobre a perspectiva da modernização crítica (KURZ)², aconteceu após cursar as matérias de Geografia Econômica 2, Geografia do Estado de São Paulo e Migrações e Trabalho, ministradas pelos professores Anselmo Alfredo e Heinz Dieter Heidemann, que me fizeram entrar em contato com o debate acerca da crise do sistema capitalista e do trabalho enquanto produtor de valor. Mas também, com a leitura positiva acerca do comportamento da tratorista Leila, realizada por alguns *pares* de pesquisa naquele momento.

A suposição de que Leila poderia ser um indicativo de que as mulheres estariam superando a discriminação e sendo, portanto, mais bem aceitas no mercado de trabalho. Ideia centrada na hipótese de a mulher poder ser vista como o futuro do trabalho, uma vez que sua própria condição de dupla jornada a torna uma mão de obra mais “flexível” e ideal para o novo mercado do capitalismo informacional (ROSSINI, 2004). Deixava uma ponta solta, na complexa trama para explicar a realidade social. Tratava-se de uma leitura que não respondia a uma série de questões, tais como as diferenças de salários e cargos, além de representar (esta ideia) a positivação de um processo de

² Ou seja, de que a reprodução ampliada do capitalismo se dá pela crise, a partir da incapacidade de reprodução do valor (categoria cara e central do sistema capitalista, como analisado por Marx), uma vez que este só é produzido pelo trabalho humano, que entra em crise com a elevação da composição orgânica do capital deixando, portanto, de produzir valor (Kurz, 2004).

incorporação do trabalho feminino que, historicamente, esta relacionada com a precarização/deterioração das condições de trabalho que também pode ser entendida como o aumento da exploração da taxa de mais valia pelo capitalista. Isto não apenas na gênese da indústria inglesa (MARX, 1988), como da brasileira (RAGO, 1997) e também da agropecuária brasileira (SILVA, 1997).

Viu-se que o desenvolvimento do modo de produção capitalista e da força produtiva do trabalho - simultaneamente causa e efeito da acumulação - capacita o capitalista a pôr em ação, com o mesmo dispêndio de capital variável, mais trabalho mediante exploração extensiva ou intensiva das forças de trabalho individuais. Viu-se, além disso, que, com capital do mesmo valor ele compra mais forças de trabalho ao deslocar progressivamente força de trabalho mais qualificada por menos qualificada madura por imatura, masculina por **feminina**, adulta por adolescente ou infantil. (Marx, 1996, volume II, capítulo XXIII, p. 194).

Se existe uma superação passível de ser captada nos relatos das cortadoras de cana entrevistadas nos trabalhos de campo, é a da categoria trabalho. Afinal, o avanço da modernização sob o campo ocorre a partir de uma autocontradição, sua expressão maior, em que a necessária inclusão de trabalho humano, em seu processo produtivo de porções cada vez mais ampliadas, se revela como necessária destituição do mesmo trabalho (KRISIS, 1999). Esta constante necessidade de substituir força de trabalho humana por máquinas, para fazer crescer a produtividade posta pela concorrência -- concorrência que é em si impulsionada pela crise de acumulação capitalista (KURZ, 2004) -- se desdobra em determinações sociais e históricas. O segundo e último trabalho de campo realizado um ano depois, pode bem ser utilizado para ilustrar este processo, pois tivemos muitas dificuldades de encontrar equipes de corte manual. E, também, porque parte das mulheres entrevistadas na primeira visita, estavam desempregadas por conta do avanço da mecanização na colheita da usina que as empregava (Usina Colorado).

A teoria do valor dissociação (SCHOLZ), enquanto importante referência teórica para nossa leitura, nos auxilia no entendimento da condição da mulher bem como seu lugar no moderno sistema produtor de mercadorias. Trata-se de “tematizar a relação assimétrica entre os sexos” (SCHOLZ, 2004) existente a

partir da constituição da forma social fundamental o “valor” e o que é dissociado ou separado / não considerado parte deste. A mulher é o dissociado do valor, que numa relação dialética, ao ser escamoteada daquilo que conta como sendo possível gerador de valor, tem sua subjetividade e sociabilidade determinadas num processo que transita entre as dimensões sócio estruturais (o todo) e individuais (o particular), historicamente transformadas.

Desta maneira, neste trabalho, o *ser mulher*, implica em viver espaços e sociabilidades definidas. Em outras palavras, é uma condição que acarreta em ganhar salários menores, ter baixa representatividade na política ou em cargos de chefia (inclusive nas universidades e órgãos de fomento de pesquisa -- Silva, 2009), travar jornadas exaustivas que inter cruzam o trabalho da vida publica com o da vida privada/doméstico, ser a primeira responsável pelos cuidados na criação, educação e cuidados de filhos ou demais parentes, ter menos vagas de emprego, ser constantemente desqualificada intelectualmente e para além do ambiente do trabalho, mas não fora dele, por vezes ter a própria sexualidade e a integridade corporal violadas ou ordenadas e delimitadas de formas alheias às suas vontades.

Os homens são igualmente determinados e tolhidos pelos mesmos mecanismos que os das mulheres. Mas recorrentemente, na história moderna, estão entre os dominantes (ainda que dominados) neste processo, caracterizado enquanto patriarcado.

O *ser brasileira* significa pertencer a um Estado subdesenvolvido. Sujeito sujeitado da modernização retardatária (KURZ) que aparece como impulsionador do processo de modernização capitalista, sendo, na realidade, impulsionado pelo próprio processo.

O *ser pobre* acarreta em ser o elo frágil e facilmente marginalizado de uma equação que resulta na reprodução capitalista. Destinado à eutanásia social (KRISIS, 1999), precariedade pode ser a palavra de ordem, não apenas no que se refere ao trabalho mas às outras demandas da vida, tais como: saúde, moradia, educação e lazer.

O *ser força de trabalho do corte da cana* implica em ser uma classe trabalhadora frágil, do ponto de vista político-reivindicativo. Trata-se de uma mão de obra desvalorizada e desqualificada, são trabalhadores com direitos

trabalhistas intermitentes e cujo cotidiano de trabalho é bastante desgastante. Geralmente fazem parte do exército de reserva industrial de mão de obra (Marx) facilmente explorável, já que normalmente, em suas cidades de origem, não lhes restam muitas alternativas no mercado de trabalho. E, mesmo nos dias atuais em que teoricamente incide uma rigorosa fiscalização trabalhista, afim de garantir o cumprimento de seus direitos, é comum que sejam contratados e não tenham clareza dos termos da contratação, tais como desconhecer quais são e as razões dos descontos que lhe são feitos na folha de pagamento, se pagam ou não os equipamentos de segurança e a viagem de ônibus desde sua cidade natal até o local de trabalho (BOTELHO, 1995)³.

Outro aspecto da fragilidade é a aparente substituíbilidade da atividade do ramo, que não é exclusividade deste grupo de trabalhadores e sim característica da categoria trabalho na modernidade (KRISIS, 1999), aqui intensificadas no avanço da mecanização ou pelo quesito idade, quando uma pessoa de 40 anos já quase não serve para esta atividade.

O pagamento do corte da cana é feito de acordo com a produção do trabalhador. Tal método de pagamento, por produtividade, intensifica o caráter exploratório deste trabalho, cabendo ao trabalhador chegar ao limite de sua capacidade física para fazer atingir o maior pagamento possível e, muitas vezes, para garantir o “passe” para safra seguinte. Recorrentemente o salário do fiscal da equipe também depende do rendimento individual dos cortadores, o que amplia a pressão por produtividade.

O ser trabalhadora do corte da cana na *macro área de Ribeirão Preto* implica em ter a sombra da mecanização influenciando de maneira direta o cotidiano de trabalho, ao subir os níveis de exigência com relação à produtividade e ao lembrar a trabalhadora o quão obsoleta sua mão de obra será, com a promessa que a colheitadeira mecânica deposita no horizonte, do fim do trabalho próximo.

³ Fato que, apesar de referendado bibliograficamente, foi largamente observado nos trabalhos de campo realizados. Não apenas para esta pesquisa como em outros das disciplinas cursadas ao longo da graduação de Geografia. Em que houveram momentos de diálogos com cortadores(as) do estado de São Paulo afora.

O Brasil, atualmente, é o líder mundial da produção de cana de açúcar e seus subprodutos (a *commoditie* açúcar e o etanol de cana). Segundo a ÚNICA (União da Indústria da Cana de Açúcar)⁴, na safra de 2015/2016 o Brasil produziu cerca de 666 milhões de toneladas de cana, conforme Tabela 1. Seguido por países como Índia e China cujas quantidades produzidas somam, juntas, aproximadamente 600 milhões de toneladas, de uma produção mundial que totaliza quase 1,5 bilhão de toneladas, de acordo com a FAO (Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura).

⁴ Dados reunidos a partir de diversas fontes como: UNICA, ALCOPAR, BIOSUL, SIAMIG, SINDALCOOL, SIFAEG, SINDAAF, SUDES e MAPA.

Tabela 1 - Moagem de Cana e produção nacional de açúcar e etanol - Safra 2015/2016.

Estados		Cana-de-açúcar <i>mil toneladas</i>	Açúcar <i>mil toneladas</i>	Etanol (mil m³) Total
Região Centro-Sul	Espírito Santo	2.810	71	151
	Goiás	73.522	1.892	4.689
	Mato Grosso	17.151	337	1.326
	Mato Grosso do Sul	47.817	1.302	2.777
	Minas Gerais	64.853	3.245	3.069
	Paraná	42.108	2.807	1.574
	Rio de Janeiro	1.066	0	59
	Rio Grande do Sul	61	0	4
	Santa Catarina	0	0	0
	São Paulo	368.323	21.567	14.577
Região Norte-Nordeste	Acre	86	0	5
	Alagoas	16.382	1.228	378
	Amapá	0	0	0
	Amazonas	216	12	6
	Bahia	3.816	80	221
	Ceará	209	0	15
	Maranhão	2.455	13	187
	Pará	682	22	41
	Paraíba	5.586	129	344
	Pernambuco	11.394	822	350
	Piauí	967	67	33
	Rio Grande do Norte	2.468	138	89
	Rondônia	191	0	13
	Roraima	0	0	0
	Sergipe	2.296	105	112
	Tocantins	2.366	0	213
Região Centro-Sul		617.709	31.221	28.225
Região Norte-Nordeste		49.115	2.616	2.008
Brasil		666.824	33.837	30.232

Fonte: www.unica.com.br/unicadata

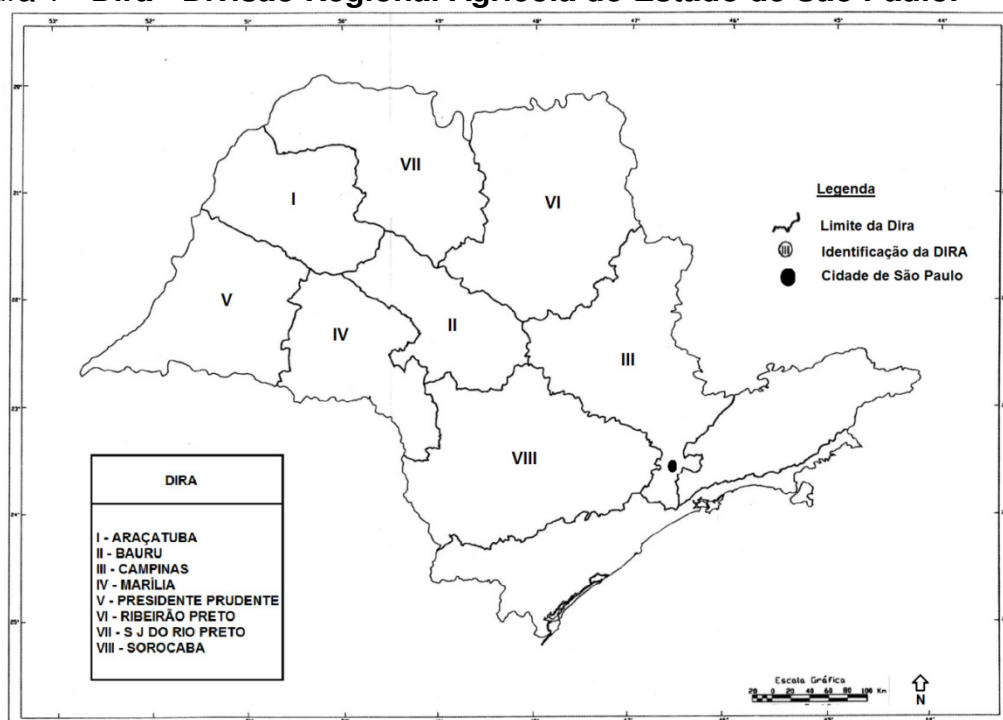
Dos 10.870.647 hectares destinados ao plantio de cana no Brasil, cerca de 85% de sua produção final é originada no Centro-Sul. Onde, conforme observado na Tabela 1, os principais produtores são os estados de GO, MG e,

principalmente SP. Este concentra mais da metade da produção total nacional (5.728.285 hectares de área plantada resultaram em 368 milhões de toneladas de cana moída que por sua vez rendeu 21.567 mil toneladas de açúcar 14 milhões de m³ de etanol safra de 2015/2016), enquanto os 15% restantes estão na área Norte-Nordeste, de acordo com informações da Conab (Companhia Nacional de Abastecimento)⁵.

Os marcos de produção relacionados com o estado de São Paulo, originam-se por sua vez, predominantemente da macro área de Ribeirão Preto. Ou seja, esta concentra a maior produção, a maior área destinada ao plantio, bem como o maior número de usinas da agroindústria sucroalcooleira.

Por macro área de Ribeirão Preto, neste trabalho entende-se as regiões administrativas, segundo atual divisão municipal, da cidade de Ribeirão Preto mais a área administrativa da cidade de Barretos e alguns municípios da área administrativa da cidade de Franca. Área correspondente à DIRA de Ribeirão Preto (Figura 1 - número VI), regionalização cunhada pelo Estado durante a ditadura militar, com vias de planejamento econômico.

Figura 1 - Dira - Divisão Regional Agrícola do Estado de São Paulo.

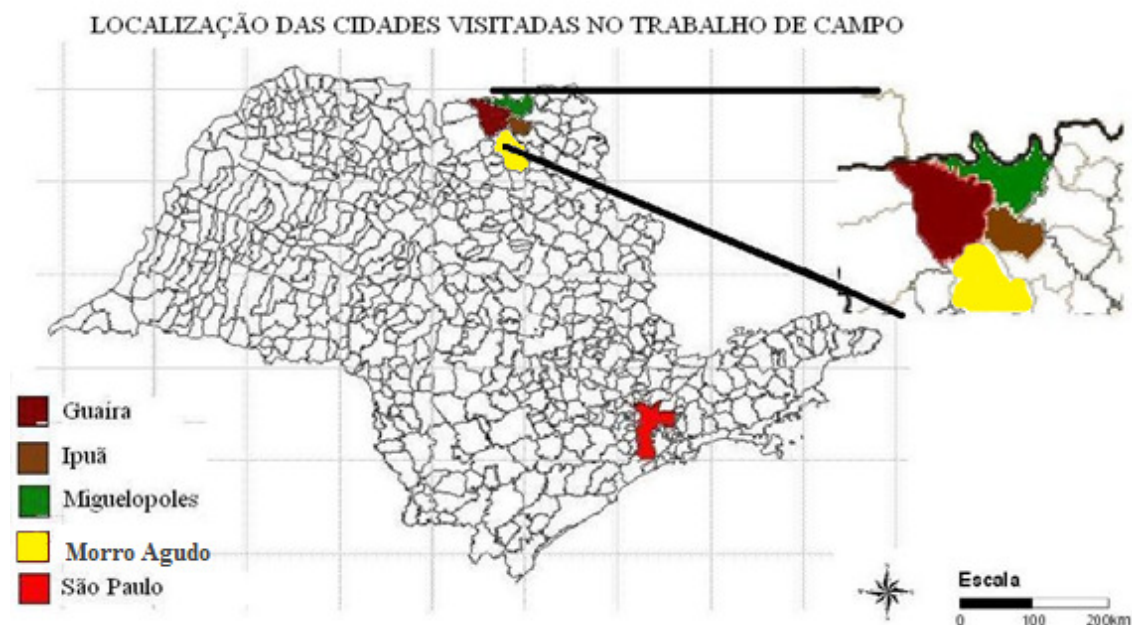


Fonte: Adaptado de Thomaz Jr, 2002.

⁵ Observado em Relatório de Acompanhamento da Safra Brasileira, anos de 2015/16.

As cidades inseridas na macro área de Ribeirão Preto e visitadas nos dois trabalhos de campo realizados foram Guaiúra, Ipuã e Miguelópolis (Figura 2). E, a partir do segundo trabalho de campo, além destas, incluímos a cidade de Morro Agudo.

Figura 2 - **Localização das cidades visitadas na pesquisa de campo.**



Organização: Raquel Simão

Os primeiros contatos com as cortadoras foram estabelecidos - exceto quando uma cortadora nos indicava uma colega de trabalho - com investidas em meio às áreas de corte da cana esperando encontrar grupos que continham mulheres.

As mulheres são minoria nos grupos de trabalhadores do corte da cana que, não raro, não possuem nenhuma entre equipes de 40 a 45 cortadores. Quando questionados (supervisores e cortadores) sobre a ausência de mulheres, encontrávamos argumentos que alegavam não ser o corte de cana trabalho para mulher; ou os que diziam que mulher não seria suficientemente produtiva neste trabalho, por ser mais fraca; E, ainda, que a presença das mulheres traria muita confusão, por conta de possíveis paixões, causando distrações para com os homens. Dentre diversos outros comentários, sempre

muito bem justificados no sentido de colocar cada qual, mulheres e homens, em papéis sociais distintos ou “cada um no seu lugar”.⁶

Quando obtinha-se êxito em encontrar mulheres em frentes de trabalho, o contato (na maioria das vezes) tinha de ser rápido. Isso porque a permanência na área do corte da cana não é permitida a pessoas de fora. Muitas vezes o supervisor realizava demasiados questionamentos, antes de liberar nossa conversa com as cortadoras.

A conversa longe dos olhos controladores dos supervisores e “gatos”⁷, se dava no fim do dia. Mulheres de cabelos lavados, por vezes as voltas com os afazeres domésticos, ou com as crianças necessitadas de atenções e cuidados, quando não dos dois. Não raro nossas conversas eram interrompidas por pedidos dos filhos ou pela necessidade de apartar brigas de crianças ou mesmo para atender aos pedidos e perguntas dos maridos, tais como a localização de algum objeto da casa ou a que horas o jantar seria servido.

As conversas se desenrolavam a partir de um questionário amplo (ANEXO 1) que abordava idade, local de nascimento, estado civil, existência e cuidados com os filhos, idade e natureza do primeiro trabalho, o tempo de trabalho do eito da cana, detalhes sobre as condições de trabalho, formas de pagamento, melhoras com relação às condições de trabalho, relacionamento entre os colegas de trabalho. E a partir daí a conversa fluía com o intuito de compreender o cotidiano da mulher cortadora de cana e sua percepção do trabalho a partir de sua condição.

⁶ Em duas de nossas investidas às áreas de corte manual de cana encontramos apenas uma trabalhadora mulher, responsável pela limpeza e organização do ônibus de apoio. Trata-se de um ônibus adaptado com banheiros, reservatórios de água potável e um toldo lateral que quando aberto oferece sombra e é onde os cortadores ficam para almoçar. Tipo de trabalho, este, amplamente associado à figura feminina: limpar, cuidar, servir e manter. Atividades “típicas da mãe” e do seu trabalho doméstico.

⁷ Gato é como é popularmente conhecida a pessoa que atua como atravessadora ou intermediária na contratação da equipe de trabalhadores do corte. E que, por vezes, também é o supervisor ou fiscal que coordena os(as) cortadores(as), distribuindo as áreas de corte e conferindo a produção. Geralmente seu salário varia de acordo com a produção *per capita* de sua equipe, o que o torna grande interessado em alcançar níveis de produção elevados.

Na segunda visita procuramos conversar com as mesmas cortadoras de cana do ano anterior, além de novas entrevistas. Isso nos trouxe elementos interessantes para pensar a crise do trabalho, já pouco valorizado no mercado. Bem como, permitiu que as conversas se tornassem mais amistosas e ganhassem inúmeros relatos mais íntimos de histórias de assédios morais e sexuais, discriminações, preconceitos e de competitividades entre homens e mulheres.

Entre idas e vindas, nos dois trabalhos de campo, conversamos com um total de 17 mulheres. Foram 2 condutoras do trator de transbordo do corte mecanizado, 6 diaristas⁸, 8 cortadoras de cana em atividade e 1 cortadora de cana aposentada. Dentre as quais, conseguimos retomar o dialogo com 3, a tratorista Leila e as cortadoras de cana Maria José e Eliane. As histórias destas 3 mulheres, somadas à história de uma segunda motorista de trator de transbordo do corte mecanizado chamada Érica -- só conhecemos no segundo trabalho de campo -- são as que abordaremos com mais atenções e detalhes neste trabalho.

De maneira geral as histórias das mulheres se parecem, como se formassem uma colagem de histórias sobrepostas, com enredos que de tão semelhantes parecem o mesma: a migração; as dificuldades de inserção no mercado de trabalho; o marido que não gosta da mulher trabalhar “fora” ao mesmo tempo que, sozinho, não consegue manter financeiramente todo o grupo familiar; a constante necessidade de provar a capacidade de trabalho no eito da cana; a resistência de colegas (homens) de trabalho em aceitar sugestões ou mesmo comandos; a dupla jornada ou dupla socialização (Scholz) travestidas nos cuidados maternos e trabalho doméstico compulsório e, ainda, o fim do trabalho que a crescente mecanização promete, apontando para um futuro incerto.

Motivados a entender um pouco mais das formas e possibilidades de reprodução da vida das mulheres inseridas no universo do plantio e colheita da cana de açúcar. Fomos levados, portanto, a compreender que não basta

⁸ Pessoa responsável por coletar cana já cortada mas caída do caminhão ou trator, realizar pequenas tarefas dos tratos culturais pós corte da cana e que antecedem o replantio.

explicar as agruras deste trabalho em sua própria natureza ou na condição de mulher. Mas que existem uma série de determinações que, interconectadas com a reprodução da forma valor do capitalismo, atuam como definidoras da formação de categorias e processos históricos (SCHOLZ, 2004).

Ou seja, para entender o dia a dia da mulher cortadora de cana e suas possibilidades, fomos levados a buscar compreender o processo de modernização e consequente formação da agroindústria sucroalcooleira no espaço geográfico retratado. Bem como, compreender as razões do Estado nacional brasileiro ao orquestrar, enquanto sujeito sujeitado (Kurz), tal processo, expostos numa análise espaço-temporal no capítulo 1.

Para então compreender as transformações desta modernização capitalista do campo, para com a força de trabalho envolvida - o/a trabalhador(a) volante. Seu processo de formação, determinantes, possibilidades de sociabilidades e os efeitos da crise do trabalho na perspectiva da trabalhadora, conforme abordado no capítulo 2.

Um caminho que vai do todo ao particular, pois entendemos que a realidade tem de ser lida tensionando-se estas duas faces. Assim apesar da identificação do todo ou um movimento determinante maior que impulsiona, por exemplo, a modernização retardatária (KURZ) de países da periferia do capitalismo, com processos históricos e desenvolvimentos econômicos distintos, quando estes tentam repor e atingir os padrões de produção de países do centro do capitalismo. Observa-se, também, uma totalidade fragmentária, contraditória e em si quebrada (SCHOLZ), que se reproduz a partir do particular e, portanto, é ímpar a cada realidade.

Para finalmente abordar, no capítulo 3, alguns aspectos exclusivos da perspectiva da força de trabalho feminina na cana e no mundo do trabalho. Suas especificidades, quotidianos, percalços, espaços e possibilidades.

Primeiro Capítulo

Formação agroindustrial sucroalcooleira da macro área de Ribeirão Preto

A análise da perspectiva histórica da implantação da agroindústria na macro área estudada, pode nos auxiliar a melhor compreender a condição das mulheres cortadora de cana na atualidade. Para tanto é necessário começar fazendo-se saber que a expansão sucroalcooleira pelo estado de São Paulo se deu de forma concentrada em determinadas áreas e, sobretudo, após o estabelecimento do Proálcool, em 1975.

A ocupação agrícola da área de Ribeirão Preto começou com a cafeicultura em meados do século XIX. O desenvolvimento do café, cuja cultura foi predominante na área até a década de 30, enquanto produto de uma realidade capitalista (ALFREDO, 2006), trouxe marcada dinamização das forças produtivas e das relações sociais de produção. Desenvolvia-se, neste momento, o colonato e a incorporação do regime de trabalho livre e assalariado.

Durante o colonato, o trabalho da mulher estava atrelado a o que Silva (1997b) identifica como “ciclo vital familiar”, ou seja, sua força de trabalho estava atrelada à reprodução do núcleo familiar, cabendo à mulher compor a unidade de trabalho familiar não individualizada, considerada meia enxada de trabalho (assim como eram os jovens de 12 a 16 anos). Sendo-se que à figura masculina do pai, marido, irmão ou filho mais velho, recaíam as decisões quanto aos acordos de trabalho com os fazendeiros ou distribuição das atividades produtivas.

No colonato, a distribuição do tempo de trabalho da mulher era feita de forma distinta daquela que, hoje, ocorre no assalariamento. Assim, o trabalho “dentro da casa” - limpeza, preparo dos alimentos, cuidado dos filhos, indústria doméstica - complementava aquele “fora da casa” - na roça de subsistência ou nos cafezais. O trabalho no interior da casa ocupava a mulher o ano todo; o trabalho na roça ocorria, principalmente, nos meses de outubro a maio. No período de maio a agosto, ela trabalhava na colheita do café e, a partir do mês de setembro, eventualmente, podia trabalhar na carpa do café.

Para os fazendeiros, as mulheres colonas eram interessantes no sentido de que, como mães poderiam gerar, criar e cuidar de futuros trabalhadores, além de participarem, sempre que possível, do trabalho na roça de subsistência e no cafezal. (Silva, 1997, página 558).

A implantação do regime do colonato possibilitou, entre outras coisas, a liberação do capital, que antes estava atrelado à aquisição de quantidades cada vez maiores e mais caras de escravos (MARTINS, 2004). Nesse momento a renda capitalizada se desloca da figura do escravo para a propriedade privada do solo, podendo o capital ser investido na propriedade, aumentando o potencial produtivo através da incorporação de máquinas de beneficiamento, ferrovias, importação de indústrias produtoras de bens de consumo.

Esta última está relacionada não apenas à liberação de capitais, proporcionado pelo surgimento do regime de colonato, mas também ao fato destes colonos se constituírem como consumidores de bens de consumo, gerando, desse modo, uma maior complexidade da divisão social do trabalho e resultando num aprofundamento da divisão entre campo e cidade.

Em 1930 ocorre um colapso no regime latifundiário de trabalho de colonos. A quebra da bolsa de Nova York levou à falência grandes latifundiários monocultores do café que, endividados ou sem grande perspectiva para o plantio de café, se viram obrigados a lotear suas fazendas. Ocorrendo uma mudança significativa na estrutura fundiária paulista (MONBEIG, 1984).⁹ Esta ruptura no sistema de colonato, gerando desemprego, fez com que parte dos colonos permanecesse no campo como sitiantes ou pequenos produtores, desempenhando atividades na condição de camarada e outra parte obrigada a migrar para as cidades em busca de meios de sobrevivência.

Ao declínio do café se seguiu o incremento da pecuária e a diversificação de culturas com significativo aumento no grau de integração com a indústria. O que impulsionou o plantio em larga escala de produtos tais como

⁹ Como se sabe e como o próprio Monbeig (1984) afirma, tal acontecimento não rompe com a grande propriedade. Os latifúndios continuam a existir no cenário fundiário paulista.

soja, laranja, cana de açúcar e milho. Tal transformação gerou nova e mais profunda divisão social e territorial do trabalho agrícola.

Segundo Elias (2003), ganharam destaque as áreas que passaram a fabricar produtos industrializados ou semi-industrializados voltados para a exportação, privilegiando economicamente uma classe de empresários agrícolas e agroindustriais com elevada concentração de terras e de renda.

De acordo com a autora, este processo teria se dado a partir da expansão e diversificação de culturas atreladas à atividade industrial e à instalação de agroindústrias, o que teria fomentado um caráter empresarial às propriedades agrícolas, que com o passar do tempo foram se adequando à demanda do mercado, investindo em culturas que representavam mais vantajosas condições de rentabilidade tais como: melhores preços, maiores possibilidades de mecanização e inovações técnico-científicas com menores custos.

Diferentemente, Alfredo (2006) entende que o avanço dos capitais industriais sobre o campo brasileiro, ao contrário do que possa sugerir uma leitura fetichista da modernização capitalista brasileira, não é expressão da expansão capitalista (acumulo de capitais que se reproduzem e ampliam gradativamente) mas, antes, é reflexo da crise de reprodução ampliada do valor¹⁰. Assim, este capital ao não conseguir se reproduzir ampliadamente na cidade, avança para o campo numa tentativa de incorporar sobrelucro via apropriação da Renda da Terra.

(...) até que ponto a extensão de uma realidade industrial como produção agrária, não estaria revelando, ao contrário do como *parece ser*, as determinações da crise da reprodução social, que se fazem, se expressam, como expansão capitalista. (...) Em outras palavras, se isto se faz seguindo uma incorporação da Renda da Terra à realização dos ganhos do capital em sua realização, constituindo o que se denominou de capitalismo rentista (MARTINS, 1933)¹¹, cabe-nos perguntar se a

¹⁰ Abordaremos a crise de reprodução ampliada do valor mais adiante, quando expormos a questão do trabalho não produtor de valor.

¹¹ Esta referencia bibliográfica citada por ALFREDO (2006) completa é: Martins, Jose de Souza. A chegada do estranho. SP: Hucitec. 1993.

incorporação desta Renda da Terra ao lucro urbano industrial não se coloca como uma insuficiência da mais-valia e do lucro daí oriundos, para a reprodução de seu próprio conceito. (Alfredo, 2006, p.6.)

No que se refere à cana de açúcar, uma cultura que desde o Brasil Colônia possuiu certa posição de destaque econômico (dominada então pela, em formação, aristocracia rural), foi sendo posicionada como uma das principais culturas agrícolas na região e, portanto, submetida à lógica da produção industrial, conforme exposto.

Scopinho em *Modernização e Impactos Sociais* (1995, p. 23), um estudo voltado para a territorialização da agroindústria sucroalcooleira na área de Ribeirão Preto e seus impactos sociais, aponta um “conjunto de fatores estruturais e conjunturais” que teriam contextualizado a produção local da cana de açúcar, como:

- A expansão da demanda por açúcar nos mercados internos e externos (quanto ao mercado externo, um dos fatores de representatividade foi que na década de 60 com o rompimento político entre Cuba e Estados Unidos, este passa a importar açúcar do Brasil);
- A regulamentação do preço da cana estabelecido pelo Estatuto da Lavoura Canavieira;
- As políticas de incremento à produção de cana de açúcar, estabelecidas pelo IAA - Instituto do açúcar e do álcool¹²;
- As políticas estatais de racionalização econômica e apoio da agroindústria açucareira do campo através dos programas Planalsucar, Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR), entre outros que visavam promover a modernização da produção;
- A legislação trabalhista rural;

¹² O IAA - Instituto do Açúcar e do Alcool - foi criado em 1933, pelo então presidente Getúlio Vargas com o objetivo de fomentar a produção nacional de açúcar e álcool, expandindo-a territorialmente, elaborando melhoramentos nas diferentes espécies de cana, entre outras medidas. Mais tarde, com a criação do Proálcool, este instituto assume diversas demandas relacionadas ao programa. Sua extinção se dá em 1990, o que alguns estudiosos entendem como momento da estagnação do Proálcool.

Para Thomaz Jr (2002), o SNCR, criado em 1965 pelo então Estado Militar, “empenhou-se em fornecer as bases materiais para o crescimento econômico e a modernização da agricultura brasileira. Todavia seletiva e explicitamente voltado para os grandes proprietários de terra (...).”(ibid, p.80).

O SNCR pode ser entendido como o início da estruturação de um sistema creditício que visou consolidar a relação entre agricultura e indústria, viabilizando o surgimento dos complexos agroindustriais brasileiros.

Para entendermos como estes empréstimos impactaram a produção, é preciso saber que em 1939 o estado de São Paulo produzia cerca de 18% do montante de cana de açúcar brasileira, em 1959 assumiu a liderança perfazendo cerca de 32% da produção nacional e na safra de 1969/70, pós SNCR, a produção correspondia a 47% da nacional (SEPLAN apud SCOPINHO, 1995, p. 24).

A exploração da terra, sob a lógica capitalista crítica, requer e impõe novos ritmos e escalas de produção, materializados na elevação da composição orgânica, de maneira que o desenvolvimento das forças produtivas resulta em trabalho humano substituído pela máquina. A DIRA de Ribeirão Preto registrou uma taxa de crescimento da mecanização da ordem de 606,9% entre 1969 e 1970, enquanto as taxas de emprego de força de trabalho humana e animal foram negativas com -46% e -17% respectivamente. O montante direcionado para salários diminuiu de 49,6% para 27,6% quando, em contrapartida, observou-se o aumento de 35,5% para 54,2% nos gastos com fungicidas, adubos, inseticidas, corretivos de solo e outros (SCOPINHO, 1995).

Esta mudança expressiva no cenário da produção canavieira foi possível, ainda, com a expulsão de culturas de gêneros alimentícios empregados por pequenos e grandes produtores, mas sobretudo por pequenos:

O pequeno proprietário não se integra à dinâmica econômica da grande empresa rural que, ao instalar-se na região, desarmonizou o modo de organização e funcionamento das propriedades, impôs-lhe a necessidade de vender sua terra e mudar para a cidade. (SCOPINHO, 1995, p25).

Na década de 70 entra em cena o Proálcool. Instituído pelo decreto governamental nº6.593 -- aprovado em 14 de novembro de 1975 -- o Programa Nacional do Álcool tinha como objetivo estimular a produção do etanol oriundo de cana de açúcar, mandioca ou qualquer outro insumo, para abastecer o mercado automotivo interno e externo e, conseqüentemente, diminuir a dependência energética do petróleo. Colocada em xeque com a crise do mesmo em 1973, quando os preços do barril do produto chegaram a aumentar até 400% em torno de cinco meses, entre outubro de 1973 a março de 1974. Configurando-se, esta crise, como justificativa maior do governo brasileiro para a criação do Proálcool¹³.

Em seus 14 artigos o decreto de criação previa, como atribuições do programa de alteração da matriz energética, a redução de disparidades regionais de renda com a devida desconcentração da produção e melhor disponibilidade de fatores de produção para as atividades agrícola e industrial e assim, por consequência, uma melhor distribuição da renda interna relacionada ao setor.

Para entendermos as mudanças promovidas pelo Proálcool, podemos dividi-lo em 3 fases ou momentos distintos¹⁴, que vão de 1975 a 1979 (primeira fase), 1980 a 1986 (segunda fase) e de 1986 a 1990 (terceira fase), quando entra em processo de estagnação.

Importante destacar que o programa não tem um fim institucionalizado, apesar de nossa leitura parar no ano de 1990. Quando os créditos e subsídios governamentais vertidos cessam e tem-se, ainda, o fechamento do IAA. O programa continua a existir, ainda que não com a

¹³ Pitta (2011) problematiza a leitura que se assenta na substituição da matriz energética, tendo na alta dos preços do petróleo, o fato histórico para justificar a institucionalização do Proálcool.

Em seu trabalho, atenta para a necessidade de analisar o processo crítico de valorização do valor, pelo qual passou o sistema capitalista ao longo do século XX. Cujos desdobramentos foram determinantes tanto das duas crises do petróleo quanto da adoção de tal política pelo estado brasileiro.

¹⁴ Alguns estudos dividem o Proálcool em até 5 fases diferentes, chegando aos dias atuais. Visto que o programa não foi oficialmente revogado. Neste trabalho, abordamos o programa em 3 fases, de sua criação até 1990, quando entra em processo de estagnação, com o fim dos créditos públicos destinados ao setor.

mesma atividade anterior, tanto que na página web da ÚNICA é possível encontrar o histórico de atuação do Proálcool até os dias atuais.

O primeiro momento do Proálcool, a partir de sua criação em 1975, se estende até 1979 e é marcado pelo empenho do governo brasileiro em incrementar a produção de álcool anidro (álcool destinado a ser misturado à gasolina). Nesta fase, a produção alcooleira cresceu de 600 milhões de litros/ano (1975-76) para 3,4 bilhões (1979-80).

E, contrariamente ao proposto pelo programa, já neste momento observou-se uma desigual distribuição dos recursos públicos, que foram destinados majoritariamente para o estado de São Paulo, entre as Diras de Ribeirão Preto, Campinas e Bauru respectivamente como mais beneficiadas (THOMAZ JR, 2002).

No ano de 1978, surgiram os primeiros carros movidos exclusivamente a álcool (trata-se do álcool hidratado). O que Thomas Jr (2002) identifica como o momento em que o programa “se materializou organicamente em escala nacional, quando se articulou ao setor automobilístico, apresentando-se então o álcool como alternativa a gasolina. Assim, cimentaram-se os interesses do capital agroindustrial sucroalcooleiro, com os segmentos das indústrias multinacionais, montadores de automóveis (...)” (*ibid*, p. 93).

O segundo momento ou segunda fase inicia-se no final da década de 70, quando houve um segundo choque do petróleo, acabando por triplicar o preço do barril. As importações do combustível fóssil passaram a representar 46% da pauta brasileira em 1980.

O Proálcool, então, ganhou uma nova tônica em que o governo, adotou medidas para a aceleração de sua implementação, cujos resultados (de âmbito político) foram as criações de organismos como o Conselho Nacional do Álcool (CNAL) e a Comissão Executiva Nacional do Álcool (CENAL), a disponibilidade de créditos superiores aos momentos precedentes, incentivos fiscais para os consumidores de carros movidos a álcool, regulação do preço do álcool para garantir competitividade com a gasolina e fortalecer o consumo interno.

A produção alcooleira atingiu um pico de 12,3 bilhões de litros em 1986-87, superando em 15% a meta inicial do governo. A proporção de carros a álcool no total de automóveis produzidos no país aumentou de 0,46% em 1979 para 26,8% em 1980, atingindo 76,1% em 1986 (dados obtidos a partir da página web da Biodiesel.BR).

Tal elevação dos índices de produtividade esta relacionada ao alto grau de capitalização existente no setor, vinculado aos créditos viabilizados pela CENAL. Cujas taxas de juros cobradas foram amplamente subsidiadas (juros reais negativos) ao contarem com valores abaixo da inflação (PITTA, 2011).

A maior parte dos recursos disponibilizados pelo governo concentraram-se no estado de São Paulo, entre as Diras maiores produtoras (Ribeirão Preto, Campinas e Bauru). E é justamente nesta fase que as usinas sucroalcooleiras empregadoras das cortadoras e tratoristas entrevistadas nesta pesquisa, surgem.

A Usina Guaíra, instalada na cidade homônima -- onde a motorista de transbordo Leila trabalha -- surge enquanto projeto no ano de 1979 e em 1981 passa a produzir. Seus proprietários eram pecuaristas, mas migraram de ramo estimulados pelo Proálcool que a época financiou 80% do processo de construção e instalação da agroindústria. A Usina Colorado, empregadora das cortadoras Eliane e Maria Jose, pertencente a uma família que produzia grãos (soja e milho) na região de Miguelópolis e Ipuã, passa a produzir açúcar e etanol de cana nos princípios da década de 80. De maneira semelhante as Usinas Mandu (pertencente ao Grupo Guarani desde 2010) , também situada na região e a Usina Vale do Rosário (hoje pertencente ao grupo BioSev) de Morro Agudo, onde a Érica é motorista do trator de transbordo, iniciaram suas atividades no começo da década de 80, com financiamento do programa. Estas duas usinas hoje estão incorporadas a grupos estrangeiros, que atuam em diversos países e tem em suas historias inúmeras fusões e incorporações de agroindústrias sucroalcooleiras.

É importante ressaltar, no entanto, que sob incentivo da Secretária do Estado de Agricultura e Abastecimento, parte destes recursos de fomento passaram a ser direcionados rumo ao oeste do estado, para as Diras de São Jose do Rio Preto, Araraquara e Presidente Prudente, com o objetivo de

modernizar a agricultura paulista, nos mesmos moldes das áreas “tradicionais” de cana.

A partir de 1986, quando se inicia o terceiro e último momento aqui exposto por nós, o programa entra em processo de retração por conta das profundas mudanças no sistema creditício. O Estado retira-se do papel de credor do ramo sucroalcooleiro (Pitta, 2011) neste momento e, portanto, a produção não mais subsidiada como antes, fica submetida às questões de produtividade e níveis de modernização das plantas industriais.

O que se segue é um período de falências entre produtores, não apenas do estado de São Paulo, mas entre os demais estados produtores de cana de açúcar, e em especial os do norte/nordeste que contavam com produções mais custosas ou menos modernizadas. Uma vez que durante toda a execução anterior do programa, os créditos vertidos concentraram-se majoritariamente no eixo centro-sul. Consequentemente a produção alcooleira decresceu, provocando falta de álcool combustível para o mercado interno. (PITTA, 2011).

Thomaz Jr afirma que a falta de álcool combustível nas safras do período (de 1986 a 1990) também esteve atrelada ao aumento do preço do açúcar no mercado internacional, fazendo com que os produtores destinassem preferencialmente sua produção para a *commoditie* e, portanto, o mercado externo mais lucrativo no momento, justamente no sentido contrário ao que se pregoava com o Proálcool.

Interessa-nos aqui, pensar não só como o Proálcool, tido como “programa de substituição da matriz energética”, foi levado a cabo mas também por quê, quais foram seus determinantes e, ainda, suas consequências. Sobretudo o legado deixado no que se refere à mão de obra feminina empregada no setor.

A instalação de um sistema de crédito fácil e com juros baixos, acessível aos grandes proprietários, deixou claro que o objetivo principal do Proálcool era criar alternativas econômicas para os produtores de cana de açúcar, uma vez que, do ponto de vista econômico e social, não se impunha como necessidade. (...) No âmbito econômico, a instituição do Proálcool reduziu o plantio de gêneros alimentícios básicos, concentrou a propriedade fundiária e a renda, elevou o grau de capitalização da agricultura e a utilização

do trabalho sazonal. (...) no que se refere às consequências sociais, destaca-se o crescimento do contingente de assalariados volantes. (SCOPINHO, 1995, p. 32 e 33).

Em função e em torno da complexificação e intensificação sistêmica da agroindústria sucroalcooleira estabeleceu-se, dialeticamente, a organização política, social e econômica dos municípios da área supracitada. E, também, com a concentração da propriedade fundiária e a expansão da cultura da cana, na forma da agroindústria e a consequente diminuição da produção de outros gêneros agrícolas, aumentou a utilização do trabalhador volante, sazonal ou boia-fria¹⁵.

Produto social do processo de modernização, este trabalhador assalariado, que figura o universo agroindustrial canavieiro, vê seu cotidiano de trabalho completamente transformado. A modernização das forças produtivas incide sobre a mão de obra, sobre o domínio de técnicas combativas em relação aos fatores naturais como clima, pragas, fertilidade natural, ciclos de produtividades, e imprime um ritmo de produção alheio ao da natureza e determinado pelo processo de valorização do capital.

Este processo de modernização agropecuária não se deu de maneira homogênea em todo o território brasileiro. E, no mesmo sentido, o descompasso existente entre os diversos ramos produtivos é visível. Como já exposto, as inovações tecnológicas e físico-químicas foram mais absorvidas pelas grandes e médias propriedades do Sudeste (ELIAS, 2003 e THOMAZ JR, 2002).

Essa modernização desigual é responsável tanto pela acentuação das disparidades intra e extra regionais, como pela intensificação da sazonalidade do trabalho agrícola, pelo agravamento do êxodo rural e por uma maior concentração da renda e da posse da terra. (Moreira, 1997, p.203).

¹⁵ O processo de formação desta força de trabalho, que será discutido no próximo capítulo, possui mais de uma leitura. De maneira geral estas leituras associam o surgimento à precarização das relações de trabalho determinada pela modernização /aumento da composição orgânica do capital. Suas diferenças estão no plano do devir das categorias do capital, conforme abordaremos.

Modernização *Desigual* (MOREIRA, 1997), *Excludente* (SCOPINHO, 1995), *Dolorosa* (SILVA, 1981), *Trágica* (SILVA, 2004) ou *Conservadora* (PRADO JR, 2008), referem-se, de modos diferentes, a um mesmo fenômeno geral. É a crítica aplicada a este modelo de avanço das formas produtivas capitalistas sobre o campo, que teria intensificado seus problemas sociais, ao fortalecer a concentração de terras e rendas e ainda as disparidades nacionais ao beneficiar algumas regiões em detrimento de outras.

De acordo com Pitta (2011) as críticas que seguem por este caminho são insuficientes, pois toda e qualquer modernização é resultado do movimento crítico de reprodução capitalista, fetichista e tautológico, incapaz de ser de outro modo. Dessa forma, ao contrário do que a crítica da modernização conservadora possa sugerir, ou mesmo, qualquer outra crítica que inclua o Estado e o modo como levou a cabo a realização do Proálcool, enquanto política modernizadora¹⁶. Não é possível pensar que tenha havido ou possa haver uma “boa” modernização (PITTA, 2011), a ser implementada pelo Estado sujeito sujeitado¹⁷ (KURZ) motivado pelo movimento de acumulação crítica capitalista. Uma vez que a determinação deste movimento, por si só, responde às definições da crise de valorização do valor.

Deixa-se de lado, assim, a partir da idealização de outra modernização, as determinações do processo contraditório e crítico de acumulação que a valorização do valor como tautologia social se apresentava ao Brasil daquele período, sendo a própria política de subsídios uma consequência destas determinações fundamentadas no momento fictício de reprodução capitalista, expresso aqui pela incapacidade do

¹⁶ Aqui se pode incluir Thomaz Jr e, em outro sentido, a crítica de Maria Aparecida Moraes, em “Se eu pudesse quebrava todas as máquinas” (2004), que diferente de reivindicar o Estado enquanto mentor do processo modernizador concentracionista, o coloca justamente como omissor. O que não deixa de ser uma forma de requerer um Estado distributivista que, caso fosse o interlocutor real e ativo, poderia ter levado a cabo uma modernização mais igualitária. No mesmo sentido que Pitta (apud), pensamos que não se pode esperar nenhum tipo de boa modernização. E mesmo o Estado, não atua diferente da lógica capitalista de reprodução crítica do valor, quando pode ser visto como categoria de um processo histórico regido por esta mesma lógica.

¹⁷ Sujeito sujeitado enquanto categoria de um processo histórico cujo determinante maior é a lógica da reprodução do valor.

setor sucroalcooleiro de se reproduzir sem os subsídios estatais. (Pitta, 2011, 122).

Seguindo adiante, tem-se que o Proálcool intensificou o cultivo de cana de açúcar no Estado de São Paulo a partir de um padrão altamente tecnificado de produção. A soma de financiamento do governo federal foi orientada à produção da cana de açúcar e suas transformações industriais.

Segundo Denise Elias em *Globalização e Agricultura* (2003), com estas transformações a agricultura passou a ser um empreendimento totalmente adéquo à racionalidade econômica vigente, apresentando as mesmas possibilidades das demais atividades para aplicação de capital e rentabilidade, tornando-se competitiva, permitindo maior valorização e, ainda, submetida à economia de mercado o que a aproximou dos capitais estrangeiros¹⁸.

Assim, ter-se-ia assistido a uma significativa e então ampliada inserção da produção agropecuária nos sistemas econômicos relacionados aos demais setores e em escala global. Transformando esta agropecuária identificada na agroindústria em uma atividade inserida no circuito superior (Elias, 2003) da economia, culminando com a consolidação da área de Ribeirão Preto como lugar funcional do sistema produtor “alimentar” globalizado.

Ainda segundo Elias, houve uma série de difusões técnico – científicas que ocorreram no contexto do Proálcool, com a finalidade de reestruturar o conjunto produtivo da agroindústria sucroalcooleira de Ribeirão Preto e área. São elas, de maneira geral, Inovações físico-químicas, informacionais, mecânicas e biotecnológicas.¹⁹ Além do destaque para a presença crescente

¹⁸ De fato, observa-se um aumento na presença de capitais estrangeiros no setor sucroalcooleiro desde então. Como exemplo podemos citar a joint venture Raizen, formada pela Shell e Cosan em 2013.

¹⁹ Físico-químicas que modificam as condições naturais do solo com a utilização de adubos químicos e agrotóxicos. Inovações mecânicas das etapas produtivas (na década de 80 Ribeirão Preto concentrava 15,5% da frota de tratores do sudeste, quase a mesma quantia do estado de Santa Catarina inteiro). A irrigação é pouco difundida, de maneira geral, pelo território brasileiro (nesta época), com exceção de Guaíra, que é conhecida como a capital da irrigação. As Inovações informacionais desenvolvem-se e envolvem progressivamente as etapas produtivas com o controle e gerenciamento, por exemplo, do trabalho empregado, dados relativos à produção, controle do plantio ou de criação pecuária, armazenamento de bancos de dados, administração das empresas, elaboração de planilhas entre outras muitas

(para a época) de indústrias produtoras de bens de produção e bens intermediários para a agricultura, tais como indústrias de insumos químicos, mecânicos, biotecnológicos. Ou seja, atividades relacionadas (e de retaguarda) ao desenvolvimento largo da agroindústria.

Mas, ainda em tempo, uma leitura a contra pêlo deste processo, realizada a luz da modernização crítica (KRISIS), deve resguardar-se de entender estas transformações no cenário agropecuário brasileiro, como desenvolvimento das forças produtivas, possibilitado pela acumulação e complexificação da dinâmica do capital. Fomentando a agricultura, somente a partir deste momento, a estar inserida na lógica capitalista de valorização.

Assim sendo, diferentemente de entender que antes deste momento a produção agrícola brasileira não estava atrelada à produção social capitalista ou era, de alguma forma, alternativa a ela. Compreendemos que o Brasil nasce moderno (PRADO JR, 2008) e portanto, parte integrante do processo de produção social, que tem a reprodução do valor como elemento fundante da realidade (ALFREDO, 2006), desde seu surgimento enquanto colônia até a instalação industrial tardia e dependente sob a modernização retardatária (KURZ, 2004). Modernização esta que é expressão da crise de acumulação capitalista:

A crise imanente de acumulação, assim, determina o devir das categorias do capital. Isso ocorre desde a formação destas, durante o Sistema Colonial; passando pelo momento de universalização de sua pressuposição, com a primeira e segunda revoluções industriais e suas crises de superprodução – o que forçou a formação de mercados consumidores nas antigas colônias –; até a crise do sistema mundial produtor de mercadorias, enquanto impossibilidade de valorização do valor. Esta se dá após a revolução microeletrônica, da década de 1970, momento em que se implanta o Proálcool, no Brasil. (Pitta, 2011, p.7)

Novamente, por modernização retardatária (KURZ) entende-se o esforço empreendido por Estados subdesenvolvidos no sentido de alcançar os mesmos patamares de produção dos países centrais, de modo que se tornasse possível atingir os níveis de desenvolvimento dos mesmos.

funções. Inovações biotecnológicas, com a possibilidade de manipulação genética animal e vegetal (ELIAS, 2003).

Pois, nas condições de um nível de desenvolvimento já relativamente alto do sistema produtor de mercadorias no Ocidente e de uma luta de concorrência já muito avançada no mercado mundial, todo novo impulso de modernização nas regiões ainda pouco desenvolvidas tinha de assumir o caráter de um desenvolvimento *recuperador*, particularmente forçado, em que não apenas se repetia o estatismo dos inícios da época moderna, mas que também se apresentava numa forma muito mais pura, conseqüente e rigorosa que a dos originais ocidentais esquecidos há muito tempo. (KURZ, 2004, p.35).

No que tange a esta pesquisa, o Proálcool pode ser visto como modernização retardatária que redefiniu a função do campo no processo de produção capitalista²⁰. Finalmente, modernização esta que deve ser entendida como expressão da crise de acumulação capitalista, sendo sua determinante:

(...) atuação contraditória do Estado brasileiro no planejamento econômico voltado para o desenvolvimento das forças produtivas, a fim de alcançar os níveis de desenvolvimento dos países centrais do capitalismo. Tal planejamento, então, se configura para nós como uma modernização retardatária (KURZ, 1999), em um momento de acumulação capitalista também historicamente determinado. Assumimos, assim, que o Proálcool, enquanto política econômica que dizia visar à substituição da matriz energética brasileira aprofundou, em nível nacional, as contradições da forma mercadoria (MARX, I, t. I, p. 62) no momento de reprodução fictícia do capital (KURZ, 1995), ou seja, de sua crise. Foi esta modernização retardatária que, para nós, conformou a relação social de produção de assalariamento denominada trabalho volante, ou “boia-fria”, inclusive. (PITTA, 2011, p. 7).²¹

Enquanto principal projeto de industrialização da agricultura fomentado pelo governo Militar (*ibid*), o Proálcool teve como algumas de suas consequências à instalação definitiva da agroindústria sucroalcooleira no Brasil e a maturação do processo de formação do mercado nacional de força de trabalho do campo e da cidade. O(a) boia-fria, trabalhador(a) volante ou

²⁰ Mas não exclusivamente, a atuação do governo brasileiro na era Vargas frente à industrialização, já pode ser entendida como momento de modernização retardatária (Barcellini, 2012).

²¹ As referências bibliográficas completas citadas por Pitta neste excerto são: Kurz, 1999 = *O colapso da modernização: da derrocada do socialismo de caserna à crise da economia mundial*. 5. ed. São Paulo, Paz e Terra, 1999. Kurz, 1995 = *A ascensão do dinheiro aos céus. Revista Krisis*, n. 16-17, 1995. Disponível em: <<http://obeco.planetaclix.pt/rkurz101.htm>>. Acesso em: maio 2008.

temporário é parte desta força de trabalho. O processo de formação desta força de trabalho, ao qual a mulher foi inserida com particularidades, estudaremos no capítulo a seguir.

Segundo capítulo

Modernização capitalista e crise do trabalho

A modernização do campo, aqui materializada na instalação de grandes complexos capitalistas do agronegócio sucroalcooleiro traz consigo espacialidades, territorialidades e temporalidades que, a partir da nossa perspectiva, não permitem outros meios e modos de reprodução que não sob a égide do capitalismo, ainda que apareça (para alguns estudiosos) como alternativo a este.

Dessa maneira, este sistema subordina a produção e reprodução do trabalhador rural, a venda e compra da terra -- via especulação, fomenta a concentração fundiária (e a consequente expulsão dos trabalhadores que residiam no campo), se dá também com a incorporação da renda da terra e impõe transformações na composição das relações de produção, redefinindo seus meios e a força de trabalho.

Força de trabalho humana ocupada na cana

É no contexto da modernização da agricultura vivenciada ao longo do regime militar que surge o/a trabalhador(a) assalariado(a) temporário(a). Volante, sazonal ou boia-fria é “produto social típico das transformações (...) que separam definitivamente o trabalhador rural do seu meio de produção mais importante, a terra” (SCOPINHO, 1995, p.33). Trata-se de força de trabalho ²² contratada temporariamente para execução de serviços sazonais relacionados com a colheita ou, em menor número, para tratos culturais gerais de gêneros agrícolas produzidos para o agronegócio.

A “linha” de produção da agroindústria canavieira, tanto fora quanto dentro da usina, permite a coexistência de relações de produção das mais

²² Trata-se de uma mão de obra que é, muitas vezes, ex-residente das áreas rurais modernizadas, residente de áreas rurais deprimidas do ponto de vista econômico (o que não deixa de ser determinação do processo de modernização) ou então das periferias de áreas urbanas situadas próximas às áreas dos cultivos agrícolas.

“arcaicas” às sofisticadas. Determinante de uma escala hierárquica cujo binômio controlador-controlado se faz a ordem natural do fluxo produtivo (BOTELHO, 1995).

A ponta mais tênue deste fluxo produtivo, o(a) cortador(a) de cana, compõe uma classe frágil, do ponto de vista político-reivindicativo. Sabe-se que se trata de uma mão de obra desvalorizada e desqualificada, trabalhadores cujos direitos trabalhistas são intermitentes e cujo cotidiano de trabalho é bastante desgastante / extenuante.

Não que existam categorias de trabalhadores que não sejam frágeis ou “precarizáveis”. A precariedade é típica do trabalho, enquanto forma abstrata de dominação social:

Trabalho não é, de modo algum, idêntico ao fato de que os homens transformam a natureza e se relacionam através de suas atividades. Enquanto houver homens, eles construirão casas, produzirão vestimentas, alimentos (...). Isto é banal e entende-se por si. O que não é óbvio é a atividade humana em si, o puro “gasto de força de trabalho” sem levar em consideração qualquer conteúdo e independente das necessidades e da vontade dos envolvidos, torne-se um princípio abstrato, que domina as relações sociais. (Krisis, 1999)

Sobretudo em tempos de desregulamentações das normativas trabalhistas (ANTUNES, 2006), desmontagem da sociedade de classes (SCHOLZ) e flexibilizações, provocadas pela crise de acumulação que se desdobra -- dentre outras formas -- como crise do trabalho. De maneira que:

(...) qualquer um se encontra ameaçado por uma individualização para a miséria, e mesmo gente que alcançou uma relativa individualização de luxo, pode dar um tombo. (Scholz, 2004, p 3).

Ainda assim, podemos afirmar que determinados grupos estão mais expostos aos riscos²³ da sociedade do trabalho, de maneira que a precarização lhes marque mais a carne.

No que tange a esta categoria do trabalho manual, o cotidiano do trabalho inclui iniciar a jornada ainda de madrugada para esperar o ônibus que transportará até os locais do corte -- viagens que podem durar até mais de uma hora, dependendo da distância e do curso das estradas vicinais. O período de trabalho costuma ocorrer das 7h00 às 16h00, com uma hora de intervalo para o almoço. E, nos dias atuais, algumas usinas praticam uma pausa de 10 minutos, das 9h00 às 9h10 e das 14h às 14h10²⁴. Pausa não praticada por todos(as) visto que o pagamento é feito de acordo com a produtividade.

Das entrevistas realizadas com as cortadoras, existem duas em especial que gostaríamos de retratar com atenção, são elas Eliane e Maria Jose que integravam a mesma equipe de trabalho, quando as conhecemos em 2012:

Eliane P., que em nosso primeiro contato tinha 29 anos, nascida em São Pedro do Piauí, no estado do Piauí. Vivia -- a época dos trabalhos de campo -- temporariamente na cidade de Ipuã/SP. Trabalhou como cortadora na Usina Mandu (pertencente ao grupo Guarani) e nos últimos 2 anos trabalhava para a Usina Colorado, onde permanecia quando da entrevista do ano seguinte.

Cortadora de cana desde 2008, nos contou que em toda sua vida trabalhou na roça da família, cultivando feijão, milho e mandioca. Optou pelo trabalho no corte da cana, por não encontrar trabalho na área urbana de seu município. Como muitos amigos e parentes trabalhavam sazonalmente no corte da cana, resolveu ingressar nesta atividade. Sua produção diária estava em torno dos 320 metros de cana cortada, numa jornada de 6 dias de trabalho e 1 de descanso.

²³ Aqui podemos destacar não apenas categorias de trabalhadores, como as clivagens existentes dentro destas mesmas categorias. Referimo-nos, por exemplo, às mulheres, aos migrantes; à mulher migrante; que em diferentes dimensões (material, sócio-psicológica, cultural-simbólica) estão escamoteadas daquilo que “conta” para a forma valor, fundamento social. (SCHOLZ).

²⁴ Estabelecidas nos Acordos Coletivos firmados entre empregadores e sindicatos. A pausa de 10 minutos que aparecia como obrigatória até o ano de 2014. Surgiu como facultativa no acordo de 2015 e não mais apareceu como prevista no ultimo acordo estabelecido de 2016. Acordos que incluem os sindicatos de Guaíra, Miguelópolis e Ipuã.

Mãe de dois filhos, as crianças viviam com sua mãe em sua cidade natal. Ela trabalhava com o marido e juntos mandavam dinheiro para as crianças. Por conta da rotina de trabalho (acordava às 3h00 - da madrugada - para às 5h00 estar no ponto de encontro e pegar o ônibus da usina, retornando apenas às 17h30) falava com os filhos somente aos domingos, seu dia de folga.

A saudade era então resolvida no período de entressafra, quando com o fim do contrato temporário de trabalho, voltava para casa (meados de dezembro) e permanecia até o início da safra do ano seguinte (meados de março, mais tardar abril), com a expectativa de ser novamente contratada. Um ano sim outro não, ela recorria ao seguro desemprego para manter as contas no período sem trabalho.

Em Ipuã, ela e o marido dividiam uma casa com mais 5 homens entre irmãos, primos e amigos de ambos. No tijolo e de chão cimentado, a casinha de 3 quartos, banheiro, sala e cozinha, contava com uma televisão de tubo grande e sempre ligada. Seu volume alto parecia preencher todos os cantos da casa de poucos móveis.

Quando questionada sobre a rotina de limpeza da casa, a insatisfação veio à tona. Sobretudo porque, segundo suas palavras, o trabalho de limpeza “sobrava mais” para ela. Apesar de cada um ser responsável pela própria comida e roupa. Já a comida e roupas dela e do marido, eram de sua responsabilidade.

Com relação à rotina de trabalho e o fato de ser mulher, nos contou que enfrentava muitas “fofocas” (em suas palavras) de que o empreiteiro sempre deixava as melhores ruas²⁵ de cana para ela e as outras 7 mulheres (de sua equipe de 45 cortadores) cortarem. O que era alvo constante de reclamação ou provocação dos colegas de trabalho e motivo para sentir-se pressionada a cortar sempre mais. Quanto a possíveis assédios, ela disse que nunca tinha percebido e emendou na resposta a informação de que sempre trabalhava na mesma equipe do marido. Sobre a crescente mecanização nos disse: “- *vai tomar o trabalho das pessoas. Porque é muito mais rápido do que os homens cortando.*”

²⁵ Por melhor rua de cana entende-se as fileiras com cana já queimada, com menos folhagens e terrenos mais planos.

Não conhecemos seu marido e seus colegas de moradia durante as entrevistas. A não ser por rápidas passagens num entra e sai da casa para pegar alguma coisa e logo sair. Quando perguntamos por eles, ela nos disse que estariam no bar.

Maria Jose P., com 49 anos, nascida em Brejo de Areia/PB. Trabalhadora do corte da cana desde 2000 (então 12 anos). De residência fixa em Ipuã/SP, não pretendia regressar à terra natal, visto que os filhos (nascidos na Paraíba) estão todos com a “- *vida feita aqui. Criamos raízes aqui*”. Nos mostrou a casa bem acabada (com pisos e azulejos), a televisão (com sinal de TV a cabo) e o computador comprado em São Joaquim da Barra/SP, demonstrando orgulho por serem fruto do trabalho na cana (dela e do marido).

Bastante séria no nosso primeiro contato, se demonstrou falante e simpática nas conversas que vieram. Nos contou histórias da sua vida de trabalho da roça familiar na Paraíba e sobre como os filhos estavam “- bem encaminhados”.

Mãe de 3 filhos, só o caçula (Paulo de 17 anos) morava com o casal. Ele estudava pela manhã, a tarde “ajudava” (nas palavras da Maria Jose) a mãe adiantando o jantar ou limpando algo da casa e a noite fazia um curso técnico. Ela nos disse que “fazia questão” que ele estudasse para ter melhores condições de vida e não ter que trabalhar como boia-fria.

Principal responsável pelos afazeres domésticos, nos contou que o marido raramente arrumava ou limpava a casa, mas era quem cuidava da elétrica e arrumava algo eventualmente quebrado. Além de ter sido ele quem colocou os pisos e pintou a casa. Em suas falas demonstrava muito orgulho e contentação com a família.

Maria Jose integrava a mesma equipe de Eliane, para a Usina Colorado. E apesar de estar há apenas 6 meses nesta usina, nos disse que a equipe era como “uma família”. Não percebendo diferenças entre homens e mulheres. A não ser o fato de que, para ela, era normal a mulher cortar menos cana por ser fisicamente mais fraca.

Nas duas vezes que fomos à sua casa (com um intervalo de 1 ano) era sábado início de noite, chegamos justamente enquanto ela lavava a roupa do trabalho, estendia as botas e perneiras dela e do marido, para depois tirar o

avental molhado e nos levar para a cozinha, onde travamos conversa hora adentro. O marido, em ambas as vezes, como num ritual, assistia televisão na sala.

Trabalhava 11 meses por ano, de janeiro a março com o plantio e tratos culturais como capinar mato entre as ruas de cana, com a planta ainda pequena e de abril a início de dezembro no corte da cana. Sua renda variava de R\$ 900 no período da safra para R\$600,00 na entressafra.

Estas conversas foram bastante elucidativas das condições e da rotina do corte da cana no que se refere à jornada de trabalho, a cobrança por produtividade, a pequena remuneração, a baixa escolaridade e também sobre a especificidade de ser mulher. A razão que nos fez destaca-las será abordada mais adiante, quando discutirmos a crise do trabalho. Por hora, seus depoimentos foram muito instrutivos para entender a realidade desta categoria de trabalho.

Segundo Alves em “Por que morrem os cortadores de cana?”, um(a) cortador(a) médio(a) desfere cerca de 133.332 golpes de facão e caminha algo em torno de 8,8 Km para cortar 12 toneladas de cana (*ibid*, 2006). Esta tem de ser cortada a aproximadamente 3 centímetros do chão para melhor aproveitar os teores de sacarose, o que implica na realização de 36.630 flexões e giros de corpo. Após cortada, é necessário cortar a ponteira que faz limite com as folhas e empilha-la para ser recolhida. Ainda de acordo com o autor esta tarefa faz com o(a) cortador(a) carregue 12 toneladas de cana em montes de 15 kg, em média, fazendo 800 trajetos e 800 flexões, levando 15 kg nos braços por uma distância de 1,5 a 3 metros, movimentos que o fazem perder uma média de 8 litros de água por dia de trabalho.

Realizado sob condições insalubres provocadas pelo calor excessivo, fuligem de cana queimada misturada aos agrotóxicos e animais peçonhentos entre as plantas. Escutamos, de ambas, sobre a ocorrência de *canguri* ou *birôla*, como são conhecidas as câimbras generalizadas resultadas do desgaste físico intenso, podendo levar a morte. Em entrevista fornecida à ONG Repórter Brasil, Maria Aparecida Moraes Silva afirma que estes trabalhadores "Nas atuais condições, passaram a ter uma vida útil de trabalho inferior à dos escravos no período da escravidão".

Os(as) trabalhadores(as) recebem da empresa equipamentos tais como roupas compostas de calças de brim e camisetas de manga longa, perneiras, botas, luvas, garrafa térmica e facão (o pagamento ou não pagamento por parte do(a) trabalhador(a) destes equipamentos é praticado por algumas usinas, Eliane e Maria Jose precisaram pagar), a obrigatoriedade de tais equipamentos foi conquistada a partir das greves da década de 80, como a realizada por cortadores(as) de cana que viviam na cidade de Guariba - SP.

O pagamento do corte da cana é feito conforme a produção do trabalhador²⁶. Algumas regiões pagam de acordo com o metro cortado, variando de R\$0,50 a R\$0,70 o metro, este ultimo valor normalmente é pago para o corte da cana verde, mais difícil de ser cortada por ser mais dura. Mas principalmente se paga de acordo com o peso do total cortado medido em toneladas, a quantia paga varia em torno de R\$3,70 a tonelada²⁷. Atingindo, assim, os(as) mais rápidos(as) e fortes no corte, um salário médio de R\$1000,00 por mês, num regime de 6 dias de trabalho por 1 de descanso.

Eliane nos disse alcançar uma produção diária em torno dos 320 metros que lhe rendiam cerca de R\$450,00 pagos a cada 15 dias (totalizando R\$900,00 por mês), numa jornada de 6 dias de trabalho por 1 de descanso. Maria Jose não nos informou o valor médio que costumava cortar, mas contou que obtinha renda que variava de R\$ 900 no período da safra para R\$600,00 na entressafra.

O pagamento por produtividade -- que pode ser entendido como forma de aumentar a taxa de mais valia (MARX) -- intensifica o caráter exploratório

²⁶ Em 2012 a Usina Santa Fé da região de Araraquara foi condenada pelo Tribunal Regional do Trabalho da 15ª região, em Campinas, por pagar salário de acordo com a produção. Recentemente a usina sucroalcooleira Abengoa foi condenada pelo mesmo tribunal e mesma razão. Foi determinado que o pagamento fosse realizado de acordo com o tempo de trabalho. Tal pratica esta prevista nos Acordos Coletivos, que determinam o salário base mensal, diário e horário. Ver a respeito em:

<<http://reporterbrasil.org.br/2013/10/justica-confirma-proibicao-de-pagamento-por-producao-no-corte-de-cana/>> Acessado em 22/12/2015.

<<http://www.prt15.mpt.gov.br/2-uncategorised/450-abengoa-e-condenada-a-encerrar-salario-por-producao-no-corte-de-cana>>. Acesso em 17/07/16.

²⁷ Valores praticados pela Usina Colorado quando da realização de nosso primeiro trabalho de campo, Agosto de 2012.

deste trabalho, cabendo ao(à) trabalhador(a) chegar ao limite de sua capacidade física para conseguir o maior pagamento possível. Podendo provocar doenças, acidentes e mesmo a morte. Outro aspecto desta prática, é que o(a) cortador(a) também é impelido a trabalhar muito para garantir um posto de trabalho nas safras futuras. Estimulando a concorrência entre os(as) próprios cortadores(as) e intensificando o que Scholz chamou de “individualização” do trabalhador -- reflexo da desregulamentação ou desmontagem das relações de trabalho -- o deixando ainda mais frágil e portanto ainda mais sujeitado aos desmandos da reprodução da crise do trabalho, expressão da reprodução crítica do valor (KURZ).

Dois outros problemas relacionados ao pagamento são o fato de muitas vezes o valor pago pela cana (seja metro, seja tonelada) só ser conhecido quando esta chegar na usina e, também, o cálculo da quantidade cortada não ocorrer sob controle do(a) cortador(a) -- podendo sofrer alteração para menos, por exemplo ²⁸.

Estes(as) trabalhadores(as) passam de 8 a 9 meses (abril a novembro ou dezembro) no corte. Os que moram nas cidades da área das usinas podem ser contratados, em menor número, para atividades de assistência ao plantio e trato com a cultura, como era o caso de Maria Jose, que trabalhava 11 meses por ano, de janeiro a março com o plantio e tratos culturais como carpinar mato entre as ruas de cana, com a planta ainda pequena e de abril a início de dezembro no corte da cana.

Os que são migrantes, mobilizados para o trabalho (GAUDEMAR, 1977), retornam para suas cidades onde se ocupam de atividades na própria propriedade, quando não se utilizam (um ano sim ou não) do seguro desemprego, aguardando a próxima época de corte, como nos contou fazer a cortadora Eliane. Não raro a temporada da entressafra se apresenta como período de incertezas quanto à possibilidade de reprodução.

Diante da obrigatoriedade da contratação nos conformes da legislação trabalhista, esta pode ocorrer diretamente pela usina ou pratica-se a terceirização do cortador de cana, como é o caso da motorista de transbordo

²⁸ A esse respeito ver Pitta, 2011 que apresenta a transcrição de diálogos bastante elucidativos com empreiteiros.

Érica, por nós entrevistada. Os “gatos” ou empreiteiros de mão de obra abrem empresas que atuam como os reais contratantes dos(as) boias frias, de maneira que o grupo empresarial da usina se vê desobrigado a cumprir com os encargos trabalhistas. (PITTA, 2011). Quando migrantes, o contato para o trabalho pode ocorrer em suas cidades natais, agenciados por “gatos” -- forma praticada desde os primórdios da contratação da mão de obra volante até os dias atuais, ainda que com menor ocorrência -- que é justamente o que se passou com Maria José nas primeiras vezes que veio cortar cana em São Paulo. Ou o(a) trabalhador(a) viaja por conta própria até as cidades onde já tem familiares e conhecidos que trabalham no corte, a exemplo do que ocorria com Eliane que nos contou ter vindo por ter familiares que trabalhavam nesta atividade.

Em muitos casos os trabalhadores não são assistidos com o mínimo de segurança e bem estar que foi combinado quando da contratação. Mas dada sua condição particular e “humilhação secundária” (HEIDEMANN, 2003), acabam por sujeitar-se a tais condições de trabalho por conta, dentre outras razões, da necessidade de sobrevivência através do salário, forma de dominação social: “(...) acessar dinheiro para reprodução social é uma dominação abstrata universal à qual os homens estão submetidos no capitalismo, fazendo-os sujeitados ao movimento contraditório e crítico da troca de mercadorias (...)” (PITTA, 2011, 106).

Novas tecnologias (aumento da composição orgânica) não amenizam o processo de desgaste dos trabalhadores. Antes lhes imprimem novos e mais duros padrões, reflexos do aumento da taxa de mais valia (Marx). Fora do espaço da produção, coloca-se a questão do desemprego tecnológico e estrutural. Se o trabalho realizado em precárias condições interfere negativamente no estado de saúde dos trabalhadores, delineando padrões de desgaste e reprodução específicos, o não trabalho por sua vez acarreta igualmente danos à integridade bio-psíquica-social (SCOPINHO, 1995), pela impossibilidade de garantia da sobrevivência.

Quem, nesta sociedade, não consegue vender sua força de trabalho é considerado “supérfluo” e é jogado no aterro sanitário social. (...) E a frase, seria melhor ter “qualquer”

trabalho do que nenhum, tornou-se a confissão de fé exigida de modo geral. (Krisis, 1999).

As duas cortadoras de cana entrevistadas que escolhemos retratar neste trabalho, possuem histórias com diversos aspectos semelhantes: ambas sofrem pressões por serem mulheres neste meio, possuem rotinas extenuantes, remunerações baixas, são nordestinas e migrantes. No entanto os períodos e as formas como foram inseridas neste trabalho diferem: Maria José veio por intermédio de um “gato” no final dos anos 90. Eliane, diferentemente, veio por conta própria, no início de 2008.

Para Pitta (2011) estes dois movimentos podem ser entendidos como momentos distintos da formação do mercado nacional de força de trabalho. Quando um se trata da constituição da mobilização para o trabalho e outro da reprodução da mobilidade do trabalho, conforme discutiremos a seguir.

A formação da força de trabalho do(a) boia-fria e as diferentes interpretações sobre seu lugar no moderno sistema produtor de mercadorias.

Existem diferentes leituras acerca do processo de modernização capitalista do campo e as decorrentes transformações na configuração das relações de produção. Em linhas gerais, suas principais diferenças se dão no entendimento dos mecanismos dos desdobramentos das categorias do capital (MARX), em especial da categoria trabalho. Não pretendemos fazer uma exposição teórica exaustiva, mas simplesmente, problematizar algumas das correntes mais influentes na composição do pensamento acerca do(a) trabalhador(a) rural. Compreensão a qual pretendemos nos lançar quando nos propomos a estudar a mulher cortadora de cana e as divisões técnicas, espaciais, sociais e sexuais do trabalho que recaem sobre ela.

Jose Graziano da Silva compreende que a modernização da agricultura brasileira foi parcial (1981), portanto, incompleta na medida em que não alcançou a totalidade dos cultivos agrícolas e seus respectivos produtores, como também se deu concentrada em algumas áreas do país.

Silva entende que a “expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira” (1981a) se deu de maneira concentrada, com presença marcante do Estado que teria correspondido ao:

(...) interesse e poder dos grupos sociais envolvidos nesse processo. Em outras palavras, a escolha deste ou daquele caminho foi uma questão “eminentemente” política. E enquanto tal só pode ser desvendada à luz dos conflitos que permearam a história recente da sociedade brasileira, o que escapa ao âmbito deste trabalho. Finalmente, vale à pena ressaltar que o desenvolvimento do capitalismo, em particular no campo, é um caminho sempre cheio de contradições, e não havia de ser diferente no caso brasileiro.

Pelo contrário, as contradições aqui foram acentuadas tanto pelo caráter extremamente desigual do desenvolvimento das várias regiões do país, como pela presença marcante do Estado nesse processo. (SILVA, 1981a, p 17).

Para o autor, a modernização tal como se deu, corroborou com 3 reflexos: a intensificação das disparidades regionais brasileiras; a demanda por

uma mão de obra sazonal: o boia-fria; e a unificação de um mercado de mão de obra não qualificado nas regiões agrícolas mais desenvolvidas. Isto em decorrência destes salários passarem a ser regulados pelos salários dos centros urbanos. Causando piora na qualidade de vida e a precarização do trabalhador temporário.

O trabalhador temporário, na visão de Silva, é composto de dois tipos. O “puro”, que vive de vender sua força de trabalho. É um ex-colono ou ex-campones que virou boia-fria por conta da expansão do capitalismo que o expulsou de sua terra; E o pequeno proprietário posseiro ou parceiro, chamado por ele de camponês-operário, que em determinadas épocas do ano emprega sua força de trabalho em atividade assalariada para assegurar sua subsistência. Ambos “em maior ou menor intensidade, dependem da venda de sua força de trabalho para sobreviver (...)” (*ibid*, 38).

Não se observa neste autor uma leitura atenta à reprodução crítica da forma valor. A industrialização da produção agrária é entendida como ampliação/expansão dos capitais industriais, orquestrada pelo Estado e concentrada em algumas regiões. Promovendo uma modernização incompleta que teria expulsado o colono ou camponês de suas terras, tornando-o força de trabalho destituída dos meios de produção, barata e precarizada.²⁹

Em “Novo rural brasileiro”, estudo posterior, Silva (1997) procura analisar as transformações em curso no campo brasileiro modernizado. Este, para o autor, concorre para uma reconfiguração das relações de produção e mesmo uma ressignificação da produção do espaço (Lefebvre). O camponês-operário agora ganha nova “roupagem” é a de *part-time farmer*. Ou seja, produtor agrícola em tempo parcial, combinando atividades do setor terciário para garantir sua reprodução.

Silva traz à tona a modernização do campo dos países desenvolvidos para citar como modelo do que estaria em curso no Brasil. Inicia seus argumentos afirmando que já não se pode mais falar em cisão campo-cidade. O rural só poderia ser entendido como extensão do urbano, “como resultado do

²⁹ Aqui novamente pontuamos, de acordo com Pitta (2011), a problemática que se esboça ao criticar a modernização concentradora e desigual, correndo o risco de reivindicar uma boa modernização. Não é possível esperar uma modernização distributivista e igualitária, quando esta é contraditória e determinada pela crise da acumulação ampliada do valor.

processo de industrialização da agricultura, de um lado, e de outro do transbordamento do mundo urbano naquele espaço que tradicionalmente era definido como rural” (1997, p. 1). Estando a agricultura plenamente integrada economicamente com outros setores da economia.

Graziano identifica, ainda, que essa continuidade entre rural e urbano é expressão da modernização alcançada com as inovações tecnológicas, que estariam alterando os processos produtivos e a organização do trabalho. Resultando no surgimento de uma nova sociedade, ainda em gestação, pós-industrial. Seriam, portanto, as inovações tecnológicas, “com destaque para a informática e microeletrônica” responsáveis por este processo. Observáveis tanto na indústria quanto na agricultura, com a reconfiguração do tempo de trabalho necessário e mesmo “redefinindo os requisitos fundamentais de sua localização espacial” (SILVA, 1997, p 2).³⁰

Para Blakely & Bradshaw a emergência de uma sociedade avançada ou pós-industrial é caracterizada pelo crescimento das empresas do setor de serviços, pelo decréscimo relativo da produção de bens materiais e pela substituição dos processos intensivos em mão de obra pela produção com base na aplicação intensiva do conhecimento e manejo da informação. Ademais, a sociedade industrial avançada rural incorpora diversas oportunidades para diversos estilos de vida, tais como administração profissional, organizações burocráticas e melhoria das comunicações. (SILVA, 1997, p.2)

Dessa maneira, a modernização do campo, transformaria o agricultor ou camponês num produtor rural *part-time*, ou seja, agricultores em tempo parcial. Pois combina atividades agrícolas com não agrícolas (do setor terciário da econômica, por exemplo) para sobreviver. Trata-se de um trabalhador

³⁰ O que parece ser uma readaptação, reconfiguração e reinvenção (até certo modo positiva) das relações de trabalho do sistema produtor de mercadorias, localizado no interior dos avanços tecnológicos da microeletrônica para Silva, aparece para Kurz como expressão da crise de valorização do valor, provocada pela modernização dos meios de produção da 3ª revolução industrial/microeletrônica que resulta, entre outras coisas, em crise do trabalho = diminuição absoluta dos postos de trabalho. Daí a necessidade de se “reinventar” trabalho na expansão do setor terciário da economia que pode ser entendido como: “Todos têm, de alguma maneira, que puxar a carroça, mesmo se ela não existir, e colocar toda a energia para arregaçar as mangas, mesmo que não exista nada a ser feito ou somente algo sem sentido” (KRISIS, 1999).

autônomo e flexível, combinando diversas formas de ocupação, cuja característica marcante é a pluriatividade.³¹

A generalização da atividade agropecuária em tempo parcial nos países desenvolvidos decorre fundamentalmente de uma redução do tempo do trabalho necessário dos produtores familiares e por conta própria. Isso se tornou possível graças ao: a) crescimento da mecanização das atividades agrícolas e da automação nas atividades criatórias; b) programas de redução das áreas cultivadas e/ou extensificação da produção agropecuária. (Silva, 1997, p.4)

Segundo o autor, essas mudanças provocariam a individualização dos membros das unidades familiares de trabalho e a liberação para busca de outras atividades rurais ou urbanas para assegurar maior nível de renda. Para Silva (*ibid*), este processo ocorre em menor intensidade no Brasil, mas pode ser observado, por exemplo, no aumento da PEA - população economicamente ativa - rural (possivelmente mais atrelada ao setor terciário da economia) em detrimento da PEA agrícola desde a década de 80, em estatísticas produzidas pela Pesquisa Nacional de Amostras por Domicílio - PNAD do Instituto Brasileiros de Geografia e Estatística - IBGE (1997, p.7).

Ariovaldo Umbelino de Oliveira (2004) ao analisar esta linha de pensamento (proposta por Graziano), pondera que o autor acerta apenas no que se refere à importância do significado do urbano. Mas discorda que rural e urbano / campo e cidade sejam a mesma coisa, pelo contrário, para o autor suas relações tornaram-se mais complexas, mas ainda contraditórias. Assim como o campesinato moderno não estaria destinado a tornar-se um operário para a ordem capitalista ou “necessários em parte”, fazendo alusão ao termo

³¹ Heidemann em artigo à Revista Travessia tece uma crítica à ideia de “pluriatividade e a flexibilização do trabalhador”. O autor chama atenção para o fato de que por trás destes conceitos estão doses ainda maiores de exploração, precarização e desregulamentação do trabalho: “O mundo contemporâneo, cada vez mais subordinado às coerções de uma economia do mercado totalitário e até os últimos poros monetarizado, parece ter criado na sua crise uma nova condição humana: O “homem flexível”, sujeito plenamente ao ideal do valor de troca. Atendendo às imposições sociais formam-se flexi-identidades para as condições de vida precárias. (...) Os flexibilizados são explorados sem solidariedade, solitários estressados, com medos e paranoias.”(HEIDEMANN, 2003).

part-time farmer de Silva. E sim uma classe que “cobra cada vez mais seu lugar no pacto social das sociedades”.

Ainda no âmbito da apresentação das diferentes leituras acerca das relações de produção do campo modernizado, que aqui procura expor a constituição do(a) boia-fria -- nossa personificação de parte das relações modernas de produção do capital agropecuário -- para nós o setor sucroalcooleiro. Jose de Souza Martins assim como Ariovaldo Umbelino de Oliveira entendem, por exemplo, que este processo (a gênese do trabalhador rural assalariado) se dá assentado na modernização do campo. Esta ocorre a partir da incorporação da Renda da Terra pelo capital urbano-industrial, mas de maneira não hegemônica, uma vez que “nunca deriva de relações especificamente capitalistas” (OLIVEIRA, 2004, p.42), ou as reproduz indiscriminadamente. Ou seja, para estes autores a modernização do campo se dá por meios contraditórios e combinados, permitindo relações capitalistas e não capitalistas de produção.

Oliveira (2004) nomeia dois movimentos: a “territorialização do capital” e a “monopolização do território”. Que segundo o autor servem como instrumentos de explicação geográfica para as transformações capitalistas no campo (2004). Desta maneira, “territorialização do capital” é quando todo o processo produtivo pertence ao capitalista. Assim, a propriedade da indústria que investe capital, a propriedade das terras e propriedade da atividade agrícola capitalista pertencem à mesma pessoa ou grupo empresarial. Esta coloca uma porção de terra a seu serviço e institui em totalidade o trabalho assalariado, auferindo a renda da terra mais o lucro da atividade agrícola e o lucro da atividade industrial. Sendo a monocultura a forma pela qual esse processo aparece na paisagem, definindo e caracterizando³² o campo nesses locais.

Aqui existe o emprego do trabalhador volante, temporário ou boia-fria. Resultado das relações capitalistas trata-se de um trabalhador assalariado empregado nas médias e grandes propriedades agropecuárias. Podendo ser,

³² Caracterização esta que, nos termos do próprio Oliveira “varre os trabalhadores do campo e institui um mar de cana, soja, laranja, de pastagem” (Oliveira, 1999, p 106) ou, preferencialmente, qualquer outra *commoditie*.

inclusive, um agricultor - migrante temporário - de regiões distantes dos centros de produção agropecuária sucroalcooleira.

A “*monopolização do território pelo capital*” ocorre quando o pequeno produtor está submetido ao sistema capitalista sem, no entanto, perder a posse da terra ou mesmo seu modo de trabalho. Uma vez que trabalha nela da sua forma com o trabalho familiar, sistemas de parceria, cooperação. É o proprietário dos meios de produção e quem determina por si sua jornada de trabalho. Sendo os objetivos da produção a reprodução da família na/e pela terra e a continuidade de sua produção agrícola (elementos esses indissociáveis). Há a venda de parte do produto de seu trabalho – e não de sua força de trabalho – no mercado, em especial para indústrias de beneficiamento agrícola e há produção de outras culturas para consumo próprio, e venda de excedentes. Permitindo assim sua existência enquanto camponês.

Assim a “monopolização do território” permite a reprodução do pequeno produtor de trabalho familiar/camponês, cujo “ciclo cósmico da vida é ritmado pelo trabalho e pela festa” (MARTINS, 1986, p 59) - respeitando e preservando seu modo de vida. Como expressão do *modus operandi* contraditório do capital, tem-se que:

(...) se utilizam de relações de trabalho familiares para não terem que investir na contratação de mão de obra assalariada, uma parte de seu capital. Ao mesmo tempo utilizando-se dessa relação sem remunerá-la, recebem uma parte do fruto do trabalho dos camponeses proprietários, parceiros, rendeiros ou posseiros, convertendo-o em mercadoria e, ao vendê-la, convertem-na em dinheiro. Assim, transformam, realizam a metamorfose da renda da terra em capital. (...) o capital não expande de forma absoluta o trabalho assalariado, sua relação de trabalho típica em todo canto e lugar (...). Ao contrário, ele cria, recria o trabalho familiar camponês para que a produção do capital seja possível e, com ela, a acumulação possa aumentar. (OLIVEIRA, 1999, p80)

Em outras palavras, para estes autores, poder permanecer na terra e com o próprio modo de trabalho -- cuja conformação inclui a utilização da força de trabalho não remunerada de mais de uma pessoa que é o trabalho familiar ou o sistema de parceria -- permite ao camponês resistir ao sistema capitalista.

Ser de alguma maneira autônomo, uma vez que reproduz, ainda que contraditoriamente, seus ditames pré-capitalistas ou não capitalistas.

É pensar que este camponês pode até migrar temporariamente para empregar-se como mão de obra assalariada (boia-fria), mas se o faz, é para garantir sua reprodução enquanto camponês -- “(...) o migrante temporário sai de casa para trabalhar como assalariado e ganhar dinheiro que lhe permita recriar as condições de sua sobrevivência como camponês.” (MARTINS, 1986, p 59) -- é resistência para uma reprodução não capitalista.

De acordo com esta leitura, o trabalho do camponês “não corresponde à recriação do capital variável e não se dá, em grande parte, no mesmo processo de trabalho e de valorização em que se reproduz o capital constante e se extrai a mais valia” (*ibid*, 1986, p 55), não corresponde, portanto, ao trabalho enquanto dominação social no moderno sistema produtor de mercadorias. Configurando-o como outra classe social que não proletária:

Quando monopoliza o território, o capital cria, recria, redefine as relações camponesas de produção familiar. Abre espaço para que a economia camponesa se desenvolva e com ela o campesinato como classe social. O campo continua povoado, e a população pode até se expandir. (OLIVEIRA, 2004, p.42)

Dessa forma, o trabalhador assalariado conhecido como boia-fria assim como o campesinato (aqui recriado) são expressões do modo contraditório com que se dá a modernização capitalista, desdobrada na incorporação da Renda da Terra no processo de acumulação dos capitais urbano-industriais.

Para Alfredo (2006), como já exposto anteriormente, a modernização do campo na formação do Complexo agroindustrial é uma maneira de apropriação do sobrelucro através da incorporação da Renda da Terra por capitais urbano-industriais, dada sua incapacidade de reprodução ampliada. Ou seja, a expansão dos capitais industriais estaria revelando diferentemente da aparência, a crise da reprodução ampliada do valor, crise da reprodução social³³, que torna a Renda da Terra um ingrediente necessário para a lógica do valor.

³³ Visto que o nexos social se dá, fetichistamente, em torno da valorização do valor (KURZ). Se esta é crítica, toda a sociabilidade também será crítica.

A modernização se constitui como um processo de âmbito não só mundial, mas também universal. Trata-se, portanto, da universalização de uma sociabilidade pela forma valor e que tende, de modo lógico e histórico, a se constituir necessariamente, como uma realidade que impõe a sua expansão mundial. Isto, contudo embora necessário, não se faz linearmente. Assim, a necessidade de sua mundialização esta posta logicamente a partir do que se gesta um movimento temporal, contudo, as contradições entre tempo e lógica mostram-se como elementos particularizadores deste processo. (ALFREDO, 2006, p 2).

Nesta sociabilidade critica universalizada as relações sociais de produção corresponderão à crise, ainda que não aparentem. A partir desta afirmação podemos entender que o que Martins e Oliveira evocam como relações não capitalistas de produção -- que permitiriam a reprodução do camponês enquanto resistência ao capital, como que autônomos ao capital, podem ser entendidas como forma e expressão das relações capitalistas criticas e estão submetidas ao elemento fundante da realidade (ALFREDO). Assim, antes aparecem como determinação da reprodução critica:

(...) o modo descontínuo e contraditório da forma-valor estabelece, em sua expansão relativa à questão agrária, a produção de sociabilidades distintas (camponesas) como reprodução de relações não especificamente capitalistas a reproduzir a própria modernização. Portanto, entre a forma valor, cuja determinação é a expansão ampliada da riqueza, e o seu processo de formação, há descontinuidades temporais e espaciais que constituem uma sociabilidade contraditória expressa na reprodução de relações não especificamente capitalistas como necessidade de contornar as contradições próprias da forma valor. (...) O ponto que cabe nos interrogar neste momento é (...) até que ponto a integração, produção e reprodução do não especificamente capitalista é, também, ou num dado momento, a formação econômico e social capitalista em suas determinações criticas que, por causa de sua dificuldade de reposição, incorpora e reproduz o outro de si como sua necessidade.(...) Isto é, compreender e analisar se a crise imanente da forma valor põe como sua necessidade estas formas de trabalho na reposição geral do mundo da mercadoria e, assim, como segunda realização, se o que esta posto como resultado disto tem condições de se colocar como pressuposto categorial da reprodução geral da sociedade capitalista. (ALFREDO, 2006, p 5).

Assim sendo, para Alfredo, trabalhador(a) rural assalariado(a) ou não, produzindo para o agronegócio ou para subsistência, posseiro ou boia-fria, são todos revelações de uma sociabilidade fundada na forma valor e sua finalidade tautológica. Resultando, portanto, de uma mesma lógica.

Pitta (2011) em sua tese de mestrado -- um estudo sobre o Proálcool enquanto modernização retardatária brasileira -- e em conformidade com Alfredo (apud), admite que a gênese do boia-fria é expressão da crise do trabalho, que por sua vez é corolário da crise de acumulação e reprodução do valor. Materializado na alta produtividade da indústria sucroalcooleira (alta composição orgânica) que, ao mesmo tempo que necessita de uma força de trabalho altamente produtiva, não absorve toda esta força de trabalho mobilizada. Na corrida por uma maior taxa de mais-valia (MARX), acaba por criar as condições de trabalho do boia-fria, tais como são.

A partir desta leitura podemos entender o “boia-fria” como expressão deste momento na relação social de produção no campo, para o setor sucroalcooleiro (...). Assim, foi o alto nível de produtividade do setor que criou a possibilidade de existência de um trabalhador assalariado, super-explorado e sem direitos trabalhistas respeitados, já que o processo de modernização acabou por não incorporar a força de trabalho mobilizada em tal momento, o que gerava, e ainda gera, uma pressão salarial para baixo e um número absoluto de trabalhadores sem emprego ou sujeitos a condições miseráveis de trabalho.

Entendemos, assim, que aumento da produtividade do trabalho e da consequente produção de cana-de-açúcar está posto como desdobramento da crise de acumulação do setor analisado, já que, devido à incapacidade de valorização do valor em razão da alta composição orgânica dos capitais envolvidos, estes buscam aumentar a taxa de mais-valia por trabalhador, na tentativa inalcançável de compensar a queda na taxa de lucro e de renda da terra para cada soma de capital investido. (PITTA, 2011, p. 48).

Figurando enquanto consequência do processo de modernização, e não ausência desta (como posto por José Graziano da Silva, 1981), o surgimento do trabalho volante esta no bojo da formação do mercado nacional de força de trabalho. Assim, o processo descrito por Pitta, para a gênese do boia-fria, se dá na destituição dos colonos, posseiros, agregados -- trabalhadores atrelados à terra como forma de reprodução da vida, por

determinações da forma mercadoria. Esta [destituição] os mobilizou (GAUDEMAR) para o trabalho, expulsando-os da terra -- que agora servia melhor à especulação ou à implantação de alguma monocultura. Tornando-os, portanto, o corpo do mercado nacional de força de trabalho.

Mobilizados para o trabalho os primeiros trabalhadores volantes, tem na migração para as áreas da agroindústria sucroalcooleira, a possibilidade de reprodução (crítica) da vida. Pitta (*ibid*) indica para a figura do “gato” enquanto personagem que possibilita a circulação desta força de trabalho.

Embora a cortadora de cana Maria tenha vindo agenciada por um gato na década de 90³⁴, entendemos que ela faz parte do movimento que Pitta indica como “reprodução da mobilidade do trabalho”³⁵. Trabalhadores, por vezes agricultores, que se vem obrigados a migrar³⁶ (e muitas vezes o fazem por conta própria - como fez Eliane) para empregar-se assalariadamente a fim de possibilitar a reprodução da vida.

Esta mobilização do trabalho, ocorrida quando da formação do mercado nacional de força de trabalho, e sua reprodução nos anos posteriores e na atualidade é o que retroalimenta a disponibilidade de mão de obra para atuar na colheita da cana e provoca, com a crise do trabalho, que os índices de precarização sejam cada vez maiores. Ou seja, a oferta de mão de obra existe, mas as vagas de trabalho diminuem (por conta da modernização dos meios de

³⁴ Entendemos que o modo descontinuo e contraditório (ALFREDO) do capitalismo se reproduzir, permite que algumas relações se estendam por mais tempo. Como a figura do gato que esta desaparecendo, pois as pessoas migram por conta própria, mas ainda atua em algumas regiões do Brasil.

³⁵ O autor nomeia dois momentos distintos para pensar a formação e reprodução do mercado nacional de força de trabalho. Primeiro, a *mobilização para o trabalho*, que teria ocorrido quando da destituição dos trabalhadores “presos” à terra. E em segundo, quando migram pequenos proprietários rurais ou pessoas que vivem em pequenas cidades de estados do nordeste, por exemplo, que ele identifica como *reprodução da mobilidade do trabalho*.

³⁶ Migrar enquanto fato social determinado, de acordo com o conceito de Mobilidade de trabalho de Gaudemar. Ou, de acordo com Heidemann: “Possuir a potencialidade e o direito de oferecer sua força de trabalho no mercado, em qualquer canto de seu país ou do mundo (obviamente, sem o direito garantido à sua venda), é característica do indivíduo moderno, subordinado à “coerção silenciosa das relações econômicas (...). Por isso, não podemos falar de migrações, discriminação e resistência sem questionar os fundamentos do sistema produtor de mercadorias” (2004, P.28)

produção), reforçando o mecanismo que puxa para baixo os salários e faz com que os trabalhadores submetam-se a condições cada vez mais problemáticas.

Ainda que com linhas teóricas distintas acerca da gênese e reprodução desta força de trabalho, um aspecto pode ser dado uníssono (no sentido figurado): homens e mulheres vivenciaram e vivenciam a mobilização de formas distintas. Silva (1981a), Scopinho (1995), Maria Aparecida Moraes Silva (1997), Botelho (1995) apresentam em seus trabalhos passagens em que identificam a incorporação do trabalho feminino enquanto boia-fria cortadora de cana, como símbolo de precarização ainda maior. Seja pela possibilidade de rebaixamento dos salários na sua contratação, seja porque o rebaixamento dos salários obriga que mais de um membro da mesma família se empregue para a manutenção do grupo.

A mulher, que no sistema do colonato era considerada “meia enxada de trabalho” ou então “parideira de mão de obra” (SILVA, 1997b) foi paulatinamente inserida como trabalhadora volante. Para Silva, a entrada da mulher neste trabalho esteve relacionada ao processo de precarização das condições de vida.

Morar nas cidades significou para o trabalhador a perda da roça de subsistência e da indústria doméstica e, paralelamente, o aumento dos gastos com a própria sobrevivência, tais como: água, luz, gás, impostos, aluguel, transporte etc. O aumento de gastos não foi acompanhado daqueles referentes aos salários. (SILVA, 1997b, 562).

Se enquanto colona era tida como “parideira de mão de obra” (SILVA, 1997b), enquanto cortadora lhe será exigida atestado de laqueadura de trompas.³⁷ Se enquanto colona estava atrelada ao “ciclo de vida familiar” (ibid), enquanto cortadora de cana será a principal responsável pelos afazeres domésticos e cuidados com os filhos. Situação, esta última, explicitada nos momentos de nossas entrevistas com as cortadoras. Em que a grande maioria nos atendia ao mesmo tempo em que realizava alguma atividade doméstica ou

³⁷ Procedimento cirúrgico que promove a esterilização definitiva, na qual as trompas da mulher são amarradas ou cortadas, evitando que o óvulo e os espermatozoides se encontrem.

era sistematicamente interrompida por filhos e maridos para dar conta da localização de algum objeto, informar a hora do jantar entre outras questões.

A mulher tem seu trabalho redefinido e passa então a responder enquanto trabalhadora individualizada no corte da cana, na colheita de café, laranja, amendoim e algodão. Inserção que, como já sabemos, não implicou em condições igualitárias³⁸ de trabalho ou salários pagos e registro em carteira, antes reforçou a discriminação, como abordaremos mais adiante.

A Crise do Trabalho ou o trabalho da crise.

Em nossa primeira conversa, as duas mulheres cortadoras de cana, nos contavam de suas rotinas extenuantes e cheias de dificuldades, sempre apontando para os frutos que advinham delas: os filhos bem criados pela mãe no Piauí e o dinheiro guardado para montar a loja de roupas na cidade natal e não precisar mais cortar cana num futuro distante para Eliane; a casa bem acabada e cheia de eletrodomésticos, bem como a possibilidade do filho mais novo não trabalhar para estudar, no caso da Maria.

Um ano depois -- em plena safra, voltamos a conversar com as duas cortadoras e as encontramos completamente diferentes. Isso porque àquela modernização em forma de mecanização que acabaria com os postos de trabalho, conforme preconizado por Eliane, chegara para a Usina Colorado. Esta, prestes a mecanizar 100% de sua colheita, mantinha apenas duas³⁹ turmas de cortadores (com apenas homens) e uma equipe de ex-cortadores(as) que estavam desempenhando funções como diaristas. O processo todo se desenrolou e desenrolava de maneira bastante selvagem e tão predatória quanto à “simples” demissão.⁴⁰ O que explicava o discurso

³⁸ Sobre esta passagem queremos deixar claro que não consideramos “condições igualitárias de trabalho” uma bandeira sobre a qual devemos entrar em defesa. Qualquer forma de reivindicação por mais trabalho, condições de trabalho e trabalho por si só, não pode ser considerada libertadora ou positiva em sua totalidade.

³⁹ No ano anterior eram 8 turmas. Isso segundo informações das próprias cortadoras.

⁴⁰ Se é que a demissão pode não ser selvagem, do ponto de vista da reprodução social. Sobretudo para pessoas cuja mão de obra é tão pouco valorizada.

carregado de desesperança e revolta das duas, nesta nova realidade, ex-cortadoras.

Tudo aconteceu da seguinte maneira: no ano anterior, ao fim do período da safra, a demissão esperada não aconteceu para parte dos(as) cortadores(as). Eliane que esperava pela demissão da entressafra para poder ver os filhos, foi transferida para a diária. Maria, como era de costume, também foi transferida.

No mês de agosto, em plena safra, quando da nossa segunda visita, elas permaneciam contratadas como diaristas. Não apenas elas, mas seus maridos (antes cortadores) também. Com salários menores e funções tais como capinar mato em rua de cana plantada, tratos culturais gerais nas áreas já colhidas e “catação” de cana caída de caminhões e tratores.

Elas nos contaram, separadamente, que a equipe estava desorganizada, o novo empreiteiro/supervisor não mantinha boa relação com os/as diaristas, nem todos aceitavam trabalhar na catação e faziam contrariados para não perder o emprego. Eliane ainda falou sobre a rotina de encontrar cobras todos os dias no meio das ruas de cana alta a serem capinadas.

Muitos de sua equipe não aguentaram a desorganização, os salários baixos e as condições de trabalho e pediram demissão. Elas, no entanto, não queriam fazê-lo. Maria porque pensava nos anos de contribuição para a aposentadoria e Eliane por não querer deixar de receber os direitos trabalhistas, tais como FGTS (acrescido da multa de 40%) e seguro desemprego. Na casa de Eliane, dos 5 homens que dividiam casa com ela e o marido, permaneciam apenas 2. Os demais haviam pedido demissão e voltado para o Piauí.

Ambas disseram que o sindicato não atuava no sentido de orientar os cortadores. Em suas falas, Eliane demonstrava-se bastante desesperançosa com o trabalho. Nos falou de coisas como o empregador ser escravizador, ninguém fazer nada pelos cortadores e que pensava ser melhor para mulheres na sua condição, trabalhar como domésticas.

A situação em que se encontravam estas duas cortadoras de cana (agora ex-cortadoras, na verdade) pode ser entendida como expressão da crise que se abate sobre o trabalho como consequência da modernização dos meios

de produção. Modernização que, por sua vez, deve ser visualizada dentro do movimento mais amplo do processo de acumulação geral capitalista. Ou seja, a incorporação da produção agrícola pelo grande capital - sob racionalidade moderna e crítica de produção de riquezas e valorização do valor - separa-se progressivamente da utilização da força de trabalho humana (DAMIANI *et al*, 2006) e implica consequências fulcrais sobre a sociedade do trabalho - desemprego em termos absolutos - e a categoria “trabalho” produtora de valor.

Tal separação, segundo Alfredo (2006), pode então ser entendida não enquanto deslocamento, mas sim como movimento imanente da crise de acumulação capitalista. Trata-se, portanto, de pensar este fenômeno da crise do emprego (redução absoluta do número de vagas) como expressão da crise estrutural do capitalismo.

A explicação da crise estrutural⁴¹ do capital esta na tendência a ampliar a produção de valor. Isto se materializa no aumento da extração da mais-valia relativa, possibilitada a partir do incremento do volume de capital constante (mecanização) com relação ao capital total do processo produtivo. Promovendo, por sua vez, a diminuição do capital variável (que é o trabalho vivo que produz o valor da mercadoria). De maneira que a taxa de lucro (fruto da relação entre mais valia e o capital total) - a parte responsável pelo processo de valorização do valor - seja menor, o que implica em investimentos cada vez mais altos para manutenção dos níveis de lucratividade, uma vez que o trabalho vivo ou variável não repõe o capital total à altura do capital constante.

Ou seja, ao buscar maior produtividade da lavoura canavieira com a mecanização da colheita, que substitui o trabalho vivo de centenas de homens e mulheres, tal qual observado nos casos da Eliane e da Maria, o capital sucroalcooleiro não só gera o desemprego destes como é destituído daquele que é o produtor de valor - o trabalho humano ou capital variável. Inserindo-se num processo que culminará na ficcionalização ou esfera financeira do capital como tentativa de realizar sua ampliação.

⁴¹ O livro “O Futuro do trabalho”, organizado pela professora Amélia Damiani et al, aborda esta questão a partir de leituras realizadas do livro de Karl Marx “Elementos fundamentais para a crítica da economia política (Grundrisse).

A este movimento contraditório, determinação do próprio processo de valorização, Marx denominou “Queda Tendencial da Taxa de Lucro”. Assim, é na tentativa de superação de uma acumulação sempre crítica (por razões acima explicadas) que se estabelece o aumento da produção de riqueza abstrata, ou seja, de mercadorias (PITTA, 2011). Como a forma de acumulação ampliada do capital não é suficiente para valorizar o montante de capital acumulado, o capitalismo “entra” em uma forma crítica de acumulação.

Antunes, em “Sentidos do Trabalho” (2006), entende que como consequência de tal processo tem-se o advento do neoliberalismo, o crescente processo de desregulamentação das normativas do trabalho e a flexibilização do processo produtivo com vistas a retomar o antigo patamar de expansão. Tal tentativa de retomada teria, para o autor, se caracterizado por uma “ofensiva” do capital e do Estado contra a classe trabalhadora, na forma de uma completa desregulamentação dos capitais produtivos transnacionais, com novas técnicas de gerenciamento dos trabalhadores e com caráter centralizador, discriminador e destrutivo do processo de produção do valor. Estabelecendo relações bastante demarcadas de subordinação e dependência entre centralidade do capital e periferia (países tidos como em desenvolvimento).

Retomando brevemente, dentre as consequências implicadas no mundo do trabalho, observa-se: a precarização do trabalho humano e a degradação das relações de trabalho, que não são outra coisa senão os relatos destas mulheres. As cobras encontradas diariamente e a imposição de fazer um trabalho que não é aparentemente necessário, como carpir mato em rua de cana alta. E, ainda, que o capital ao desenvolver os meios de produção (uso crescente do incremento tecnológico) com vistas a aumentar os níveis de produtividade, necessariamente implica em crises, desemprego, “entre outras formas destrutivas” (SILVA, 2004).

Como expressão, no que tange à produção sucroalcooleira, colheitadeiras mecânicas não só colhem e cortam a cana como separam a palha e preparam o solo para a safra seguinte. A mecanização do corte teria eliminado mais de 30 mil postos de trabalho entre os anos de 1992 e 2002. Para o mesmo período, a cada 100 demissões seriam abertas 12 vagas para funções especializadas (*ibidem*). Por conseguinte o processo de transferência da cana

cortada para o caminhão (treminhão) que transportará até a usina também se dá de forma mecanizada. Participam deste processo 5 ou 6 trabalhadores que ao controlar as máquinas executam o trabalho que antes era realizado por dezenas de trabalhadores.

E o que acontece aos excluídos? Muitos dos excluídos têm se tornado verdadeiros itinerantes em busca de trabalho em várias regiões do país. No caso dos cortadores de cana, pode-se identificar uma reconfiguração geográfica dos rumos destes trabalhadores migrantes que agora se dirigem para o Mato Grosso, Goiás e usinas em outros estados, cuja mecanização ainda é incipiente (SILVA, 2004). Tal fenômeno não pode ser visto como simples transferência de mão de obra entre usinas, mas sim como fenômeno estratégico para aumentar a exploração e a captação geral do trabalho.

Mas o moderno sistema produtor de mercadorias estipula uma lógica determinadora de diversos aspectos sociais da vida a um passo e conformação em que:

(...) Todos, têm de alguma maneira que mandar brasa, mesmo que brasa não haja mais, e todos têm, de alguma maneira, que por as mãos em obras com todo vigor, mesmo que não haja nenhuma obra a ser feita, ou somente obras sem sentido. As entrelinhas dessa mensagem infeliz deixa muito claro: quem, apesar disso, não desfruta da misericórdia do deus-trabalho, é por si mesmo culpado e pode ser excluído, ou até mesmo descartado, com boa consciência.”(KRISIS, 1999).

Portanto, tem-se que o culpado pelo desemprego é o próprio desempregado, que não acompanha a atualidade da conformação a qual esta submetida a força de trabalho, que tem de ser qualificada, polivalente, multifuncional. Mesmo que ligada a salários baixos e sub-remunerados, vivenciando condições precárias de trabalho, onde as péssimas condições de reprodução desses trabalhadores (que não necessariamente se reproduzem como tal), torna-os cada vez mais improdutivos.

Terceiro capítulo

Diferenciação sexual do trabalho na modernidade crítica.

Das 4 trabalhadoras que resolvemos incorporar ao nosso estudo, duas já foram citadas - Maria e Eliane, faltando assim, mencionarmos outras duas - Leila e Érica.

Esta separação ocorreu obedecendo ao interesse de melhor organizar nosso raciocínio com relação às determinações da modernização crítica, materializada, entre outros aspectos, na mobilidade do trabalho (GAUDEMAR) e crise do trabalho (KRISIS) para Maria e Eliane. Afinal, ambas são mulheres nordestinas, migrantes, possuem baixa escolaridade e estão em uma “nova” realidade imposta pela modernização das forças produtivas - destituídas do trabalho que mais sabiam fazer, o de cortar cana. Estão submetidas a um cotidiano cuja precariedade e deterioração das condições de trabalho são “gritantes” em suas falas. E, ainda (retomando a questão da organização de nosso raciocínio), para melhor refletir com relação à presença do valor dissociação (SCHOLZ) enquanto elemento determinante no cotidiano destas mulheres.

Se por um lado temos trabalhadoras cuja crise do trabalho está “batendo às suas portas”, por outro, Érica e Leila, não migrantes, com o ensino médio completo, trabalham no corte mecanizado da cana e, segundo suas percepções, desempenham uma função melhor que as cortadoras. Dizem-se, em linhas gerais, bastante satisfeitas com seu trabalho. São, as duas, motoristas do trator que fica atado ao transbordo e acompanha a colheitadeira mecânica até que o transbordo esteja completo de cana.

Os relatos destas 4 mulheres se diferenciam quanto aos tipos de trabalhos realizados, remunerações, percursos de vida, mas apresentam uma série de semelhanças no que tange à sua condição de igualdade⁴² com relação

⁴² Como procuramos esclarecer em outras passagens, todas as vezes que a questão da desigualdade das condições de trabalho entre homens e mulheres for aqui retratada. Não é nossa intenção passar a mensagem de reivindicação de iguais condições de trabalho. Não porque não queremos iguais condições mas sim porque, em consonância com a crítica do trabalho abstrato (Krisis), entendemos que nada relacionado a trabalho pode ser reivindicado

aos colegas homens, à expectativa que os outros têm de seu trabalho, aos cargos que podem ser almejados, aos salários, às vagas de emprego, ao respeito e mesmo com relação à propriedade e autoridade sob o próprio corpo - feminino.

Realidade compartilhada por diversas outras mulheres do mundo ocidental pós-moderno (SCHOLZ, 2004), ainda que em profissões e condições diferentes como demonstrado por Ribeiro (2015) ao estudar as bolivianas costureiras em São Paulo, Cisne (2012) sobre a divisão sexual no serviço social brasileiro, Moreira (1997) sobre as agricultoras da Paraíba, Franco (2004) sobre os espaços e funções da mulher no MST de Presidente Prudente - SP, Rago (1997), que aborda a história da mulher trabalhadora no Brasil - com passagem interessante sobre as que trabalharam nas primeiras indústrias paulistas, Rossini (1987, 2004 e 2016) que possui uma extensa obra sobre as mulheres cortadoras de cana na macro área de Ribeirão Preto - SP, SILVA, Joseli (2009) que, entre outros, realiza estudo sobre a presença feminina nas estruturas organizacionais acadêmicas da geografia brasileira, SILVA, Maria Aparecida Moraes (1997b, 1998 e 2004) que tem vasta obra com relação ao trabalho da colona, do boia-fria e sua gênese com olhar especial para a condição da mulher neste cenário e Carvalhal (2003) em estudo sobre a visibilidade das mulheres nos sindicatos de Presidente Prudente - SP.⁴³

Permitimo-nos uma digressão para demonstrar que estes estudos, dentre inúmeros outros, partindo de perspectivas e aportes teóricos distintos e até com leituras opostas⁴⁴, identificam um aspecto comum: mulheres, homens e

como bom ou como solução. Ainda que condições igualitárias possam se manifestar como certo conforto das condições materiais ou psicoemocionais (o que de certa forma acontece na aparência) entendemos que isso não resolve ou não representa a superação do patriarcado ou da forma fetichista da mercadoria (SCHOLZ) ou da problemática de como se dá a forma social (ALFREDO).

⁴³ Esta lista poderia ser engrossada por diversos outros estudos que olham para a especificidade de ser mulher em alguma relação social, tanto nas Ciências Sociais quanto na Geografia. Para a Geografia, segundo Silva, Joseli (2009) o discurso científico ainda “tem se mantido pouco permeável à expansão da compreensão das relações entre espaço e gênero”.

⁴⁴ Aqui nos referimos a estudos feministas que positivam, ontologizam e hipostasiam a diferença sexual social. Indicando que a mulher seria uma mão de obra melhor (ROSSINI), mais cuidadosa e atenciosa. E, no sentido contrário, justamente criticam e problematizam esta visão (SCHOLZ).

crianças, membros de uma mesma classe social, vivenciam de maneiras diferentes o processo social.

Seja na esfera da agroindústria sucroalcooleira, cuja temporalidade do trabalho esta dividida em dois ciclos, o da safra e o da entressafra, seja dentro da usina sucroalcooleira, em outros ciclos agrícolas, atuando no campo ou na cidade, no setor de serviços ou nas indústrias é possível observar processos de precarização do trabalho de acordo com o gênero, idade, etnia (SCHOLZ, 2004) e regionalidade.

Existem diferenças e variações (tipos de trabalhos, formas de contratação, participação técnica e intelectual, expectativa quanto à produtividade) na organização do trabalho feminino e masculino (SILVA, 2004). Rossini (2004) identifica aumento significativo na inserção feminina no processo de exploração de mão de obra, sobretudo em atividades menos formais ou desregulamentadas e também no universo do trabalho *part time*.

Hirata (*apud* Antunes, 2006) ao pesquisar as formas de vigências do trabalho feminino entre Japão, França e Brasil conclui que, no que tange à organização do trabalho, homens e mulheres estão organizados de acordo com o tipo de máquinas e o tipo de trabalho. Sendo que o trabalho, quando manual é preferencialmente oferecido à mulher, enquanto os que requerem conhecimentos técnicos são oferecidos ao homem.

Identifica também uma menor procura da mulher para trabalhos em grupo ou solicitações para sugestões de melhoria do plano técnico ou na tomada de decisões. Afirma que existe uma maior exploração da mão de obra feminina nos trabalhos intensivos, que são mais rotineiros e repetitivos⁴⁵ e que existe certa ineficiência na inclusão ou representação desta parcela de trabalhadoras (assim como os terceirizados) por parte dos sindicatos. Conforme também observado por Carvalhal (2003) nos sindicatos de Ribeirão Preto e por Garcia (2004) quanto ao movimento social pela reforma agrária MST em SP.

Este cenário de desigualdades é acompanhado pelo aumento do número de mulheres assalariadas - aumento que se dá sob a égide da crise do

⁴⁵ Aqui é possível estabelecer relação com as “meninas do descarte” abordado por Silva (1998), grupo exclusivamente feminino que trabalha no controle de pragas e anomalias nos experimentos de cultivo de cana. A esse respeito ver Silva 1998 ou 2004.

trabalho (KRISIS) - como se pode observar em dados apresentados por pesquisas realizadas por órgãos como Fundação Seade, Dieese e IBGE. Somado a isto, apesar da participação da mulher no mercado de trabalho ter crescido, ela continua a receber salários menores que o do homem, como pode ser observado em pesquisas recentes, realizadas pelo Observatório Brasil da Igualdade de Gênero e os boletins Mulher & Trabalho da Fundação Seade.

Isto posto, se faz necessário relembrar que é ainda sob a mulher que recaem, majoritariamente, as responsabilidades da manutenção da unidade familiar, determinando e incidindo sobre ela, primeiro, o desenrolar das atividades reprodutivas (SCHOLZ). Assim, é a mulher que quando mãe assume a responsabilidade da educação dos filhos e a ela é destinada a obrigação de administrar e acompanhar, dentro de suas possibilidades, o andamento das condições de reprodução e sociabilidade dos filhos. Portanto, questões como assiduidade, desempenho escolar e comportamental figuram como funções de responsabilidade da mãe.

À mulher trabalhadora do corte de cana, recaem as responsabilidades de manutenção e organização da casa mesmo depois de um longo dia de trabalho (ROSSINI, 1987), fato esse observado em nossas pesquisas de campo em que as mulheres, via de regra, relatam (quando nós mesmos não acompanhávamos estas tarefas durante o diálogo) que quando chegam do canavial tem de ocupar-se com a limpeza da casa, lavar roupa, cozinhar, costurar, cuidar das crianças.

Aspectos da esfera feminina que as torna “duplamente sociabilizadas” (SCHOLZ), também nomeado de jornada dupla ou “duplicidade do ato do trabalho” (ANTUNES, 2006), em que a mulher garante duas vezes a reprodução capitalista. Uma dentro da dinâmica do trabalho assalariado e outra dentro da casa:

A mulher trabalhadora, em geral, realiza sua atividade de trabalho duplamente. Dentro e fora da casa, ou, se quisermos, dentro e fora da fábrica. E, ao fazê-lo, além da duplicidade do ato do trabalho, ela é duplamente explorada pelo capital: desde logo por exercer, no espaço público, seu trabalho produtivo no âmbito fabril. Mas, no universo da vida privada, ela consome horas decisivas no trabalho doméstico, com o que possibilita (ao mesmo capital) a sua reprodução, nessa esfera do trabalho

não diretamente mercantil, em que se criam as condições indispensáveis para a reprodução da força de trabalho de seus maridos, filhos (as) e de si própria. (op cit, p.108)

Permitindo, portanto, as condições de reprodução do sistema capitalista, seja pelo processo de produção da forma social (criticamente) ou pela garantia das condições de reprodução da mão de obra.

Na tentativa de dar um passo adiante para melhor compreender os mecanismos e determinações que forjam as possibilidades de reprodução social das mulheres, sob as perspectivas das trabalhadoras do corte da cana, abordaremos a seguir as histórias das duas tratoristas, sobre as quais iniciamos o debate neste capítulo.

As trabalhadoras do corte mecanizado e o dissociado do valor.

Marlei C. P., 39 anos, gosta de ser chamada de Leila (maneira pela qual nos referimos em momentos anteriores do trabalho). Diferentemente de todas as cortadoras com quem conversamos, ela nasceu em Guaíra/SP, local de sua moradia. Os pais, provenientes de Minas Gerais, migraram para a região quando ainda solteiros para trabalhar nas lavouras de feijão e algodão que existiam na área.

Leila é tratorista da Usina Guaíra há 2 anos e meio. Nessa função ela conduz o trator que, atado ao transbordo, acompanha a colheitadeira mecânica que despeja a cana colhida e picada nele. A cada transbordo completo, ela segue com o trator até o treminhão para despejar a cana de açúcar picada e entra numa espécie de espera/fila para novamente acompanhar a colheitadeira. É nesse momento de espera e nos trajetos de ida e volta entre cidade e local de corte de cana, que mais interage com os colegas. Antes deste trabalho, ela foi diarista pela mesma usina. Resolveu então tomar um empréstimo de R\$1000,00 para poder adicionar a letra C à sua CNH e então, poder conduzir o trator.

Ela diz gostar do trabalho que executa, mas nos conta que gostaria de “puxar cana”. Expressão que designa dirigir o treminhão carregado de cana de açúcar até a usina. Alias, é recorrente nos depoimentos das cortadoras e

cortadores com quem conversamos, o desejo de entrar na usina ou trabalhar dentro dela, como se esta condição ou possibilidade representasse certo *status*.

Única tratorista mulher na cidade de Guaíra é ainda a única mulher de sua equipe de 15 pessoas, entre tratoristas, condutores de colheitadeira, caminhoneiros e supervisor. Na verdade, ela nos informou ser a única mulher a trabalhar para a Usina Guaíra em campo (no corte mecânico da cana) e de fato ela foi a única mulher que vimos no ponto de encontro de recolhimento dos funcionários da Usina.

A condição de única mulher da equipe tem consequências na sua vida social e amorosa. Leila nos contou que quando encontra seus colegas acompanhados das esposas, por exemplo, no supermercado, eles não a cumprimentam. Relatou que muitas mulheres de seu bairro e mesmo as esposas de seus colegas demonstram não gostar dela e que tem dificuldades de arranjar namorado por conta dos ciúmes dos pretendentes.

Mãe de 4 filhos - três meninas de 17, 16 e 10 anos e um menino de 15 anos - e separada, ela contava com as duas filhas mais velhas para auxiliá-la nos tratos domésticos. Quase todo o dinheiro de sustento da família viria de seu trabalho, pois o ex-marido e pai de seus filhos não contribuía, a filha mais velha não encontrava emprego na cidade e o filho de 15 anos, apesar de trabalhar como ajudante de pedreiro, recebia pouco e contribuía com o pagamento da conta de luz.

Quanto ao relacionamento com a equipe de trabalho, ela nos definiu como se fosse “uma família”, mas admite receber cantadas e olhares dos colegas. Mesmo se vestindo de “*Joãozinho*” (nas suas palavras), ou seja, calça jeans, camiseta larga e boné. Contou-nos que buscava ficar o mais parecida possível com um homem, para sentir-se mais a vontade e igual aos demais. Indumentária e postura que lhe rendia e rende o apelido de “moleque” por parte dos colegas.

Relatou-nos que já passou por pelo menos 3 situações de assédio realizado pelos colegas, uma que de tão explícita resultou na transferência de turma do sujeito. Quando questionada sobre as possíveis razões que teriam

levado os colegas a assediarem-na, justificou dizendo que “- *homem não tem jeito*” e que “- *ele fez sem pensar*”.

Em nosso segundo encontro, um ano depois, ela continuava sendo a única mulher da equipe e novas histórias de assédios como cantadas e indiretas fizeram parte da nossa conversa. A contentação com o clima “familiar” da equipe, relatado por ela no ano anterior, permanecia exceto pelo dia em que ela conseguiu que lhe permitissem conduzir a colheitadeira mecânica por algum tempo e alguns de seus colegas tratoristas se recusaram terminantemente a acompanhá-la⁴⁶ com o transbordo. Negativa que ela nunca tinha visto acontecer naquela equipe.

A novidade era que ela relatou estar tentando mudar de postura dentro de casa e ser “- *uma mãe mais próxima*” para compensar a ausência provocada pela intensa rotina de trabalho das 7h00 às 18h00. O relacionamento com a filha mais velha, então com 18 anos, seria uma das razões para tal mudança.

No segundo trabalho de campo realizado no ano seguinte, um pouco pela dificuldade em entrevistar as cortadoras do ano anterior - isso porque muitas estavam desempregadas e também porque não conseguíamos encontrar novas equipes cortando cana - e um pouco por conta da pesquisa de um dos membros do nosso grupo, incluímos em nosso percurso e estudo, algumas trabalhadoras da cidade de Morro Agudo. Cidade pertencente à macro região de Ribeirão Preto e que, assim como Miguelópolis, Ipuã e Guaíra, tem na atividade sucroalcooleira parte importante de sua produção de riquezas⁴⁷.

Nessa incursão, dentre ex-cortadoras de cana e trabalhadoras da limpeza do interior da usina, conhecemos Érica C. S., 23 anos, nascida em Morro Agudo. Tratorista desde 2010 é terceirizada contratada pela empresa

⁴⁶ No corte mecanizado, quem conduz a colheitadeira possui o cargo de maior prestígio (excetuando-se o coordenador da equipe que figura como maior autoridade no ambiente). É o condutor da colheitadeira quem determina o ritmo em que trabalhará o/a condutor do transbordo. Portanto, podemos entender a negativa de seu colega de trabalho, como uma rejeição à possibilidade de Leila ser, ainda que por pouco tempo, quem estivesse “à frente” do corte.

⁴⁷ A esse respeito ver: Sampaio, 2007.

Breda Transportes e Serviços S/A. É a quarta e última trabalhadora do corte da cana que retrataremos neste trabalho.

Trabalha como motorista de trator de transbordo para a Usina Vale do Rosário. Esta por sua vez, pertence ao grupo Biosev - resultado da fusão, no ano de 2000, da empresa brasileira Santelisa Vale com o grupo estrangeiro Louis Dreyfus Commodities S/A. Transnacional do ramo do agronegócio de Algodão, Milho, Soja, Cana de açúcar, fertilizantes e insumos, arroz, café e suco de laranja. O grupo Biosev, segundo a página web da ÚNICA, ocupa o segundo lugar em produção de açúcar e etanol no Brasil, logo após a Raízen (*joint venture*⁴⁸ entre a brasileira Cozan e norte americana Shell).

Érica nos contou que começou a trabalhar aos 12 anos de idade como manicure e também jogadora de futebol e, aos 18 anos, meses depois do nascimento de sua filha Vitória, foi cortar cana. Atividade bastante comum na família cujo pai trabalha como empreiteiro/supervisor de corte e 6 dos 8 irmãos trabalham como cortadores, caminhoneiros ou tratoristas.

Seu marido, Anderson de 24 anos, também trabalha no setor, mas como auxiliar administrativo na própria usina. Ela conta que ele sente muito ciúmes e esta sempre a controlar a roupa que ela usa para trabalhar. Além de aconselha-la muito com relação a como se comportar no trabalho. Única mulher da equipe, ela nos disse que Anderson “aceita” (em seus próprios termos) esta condição porque o supervisor direto dela é amigo dele.

Quando cortadora de cana ouvia muitas indiretas pelo fato de ser mulher e também filha de empreiteiro. Nos relatou que chegou a se cortar 3 vezes com o facão e que na primeira escutou alguns homens falando que o corte não era trabalho para “moças”. De tanto escutar indiretas resolveu aumentar a produtividade ao ponto de ter sofrido um “canguri” (nome dado à exaustão/esgotamento físico por conta de grande esforço) depois de cortar 142 metros de cana em poucas horas.

Sua rotina inclui o trabalho num regime de 5 dias de trabalho por 1 de folga, no turno da tarde que vai das 14h às 23h. Faz em média 16 viagens

⁴⁸ Joint venture é quando duas empresas independentes juridicamente e do mesmo ramo, unem-se temporariamente em algum empreendimento. Pode ser troca de tecnologias, criar um produto em comum ou dominar mercados.

levando 20 toneladas de cana picada em cada uma e nos momentos de pausa não fica parada, gosta de ficar cuidado do trator, observando os equipamentos e peças. Pela manhã aproveita para cumprir as tarefas domésticas e deixar o jantar pronto para seu marido Anderson. Ele não se dedica às atividades da casa, mas tem maior participação nas decisões quanto a comprar algum item como eletrodoméstico para casa. Ela é quem cuida de tudo como as compras de supermercado, roupas e limpeza.

Por conta da rotina intensa do trabalho, ela não consegue estudar e conta com a mãe para cuidar de sua filha, que é quem possui a guarda da criança. Seu pai e seu marido são muito presentes em suas falas. Dando a impressão de que ela convive muito e é aconselhada por eles com muita frequência. Num determinado momento da conversa ela nos confessa que: “*só nasci mulher, mas gosto mesmo é de coisa de homem: futebol e mecânica.*”

Problematizou também a presença de nordestinos neste setor que por conta da baixa escolaridade e necessidade de trabalho, acabam por provocar o rebaixamento dos salários em geral, na região e no ramo em que trabalha. E que por isso, sofrem muita discriminação das pessoas nascidas em Morro Agudo.

Com relação à convivência no ambiente de trabalho, ela não pensa que homens e mulheres tem as mesmas possibilidades no trabalho. Sente muita resistência por parte deles quando quer dar alguma sugestão, como se não fosse levada a sério. Queixou-se que a “*- mulher tem que mudar seu jeito, para os homens não pensarem que ela esta dando em cima deles*”. Nos contou que conhece outras mulheres que trabalham como ela em outras equipes e diz acreditar que trabalham melhor que os homens, por serem mais responsáveis.

Estes diálogos nos deixaram bastante provocados a pensar a questão da diferenciação sexual que ocorre na produção da vida social. Diferenciação que poderia ser, de acordo com o “senso comum”, superada de alguma maneira se pensarmos que no corte mecanizado a “condição” física de um corpo humano não faz diferença. Ser mais forte, mais alto, mais gordo, mais magro, mais ágil, não interfere consideravelmente quando se trata de conduzir um trator que acompanhará uma colheitadeira num terreno predominantemente

plano - ao menos não de maneira tão marcada quanto no corte manual⁴⁹. Ainda assim, os espaços e as possibilidades não são os mesmos para mulheres e homens.

Um primeiro aspecto a chamar atenção é que, não raro, os relatos são expressos no sentido de sobrevalorizar o trabalho da mulher como sendo melhor por ser mais delicado e cuidadoso ou atencioso. Neste sentido, Rossini (2004), pondera que a mulher pode ser o “futuro do trabalho” uma vez que a dupla jornada e mesmo a resistência sofrida no mundo do trabalho a teria tornado uma mão de obra mais “flexível” e adaptável. Em entrevista recente à Revista latino-americana de Geografia e gênero⁵⁰, Rossini considera que:

Costumo dizer nas minhas palestras ou em textos que 'quando os empresários da cana descobrirem que as mulheres são mais cuidadosas, caprichosas e delicadas que os homens quando operam estas máquinas sofisticadas, aumentando a durabilidade e proporcionando economia, com certeza, elas terão prioridade no trabalho'. (...) Nos nossos trabalhos temos usado uma bandeira importantíssima que pode ser sintetizada em uma frase: 'ensine primeiro às mulheres os procedimentos necessários para a transferência de conhecimentos e para o aprendizado que a reprodução ocorrerá com a maior eficiência e rapidez'. (p. 215 - grifos originais)

Entendemos que afirmar que a mulher é mão de obra mais flexível, ou mais cuidadosa e, portanto mais indicada para o trabalho (ou futuro do trabalho), não resolve e, antes, intensifica a violência invisível que enfrentam as mulheres no mundo do trabalho - neste caso as trabalhadoras do corte da cana. A partir de Scholz (1992) podemos entender que este caminho - assim como o que procura estender o trabalho doméstico ao mesmo plano do

⁴⁹ Aproveitamos para deixar registrado que acreditamos que a constituição do corpo (feminino e masculino) se dá por trajetórias e estruturas socialmente construídas. Trata-se do que Connell (2002) identifica como “corporificação social” ou “corpos generificados”. É pensar que homens aparecerem como “mais fortes” que mulheres (o que não corresponde à realidade) se deve, portanto, por que seus corpos foram assim educados desde a primeira infância. Trata-se para nós, ainda, de um condicionamento social imbricado na construção simbólica de uma imagem de masculino e feminino envolvida no nexo constitutivo do valor (SCHOLZ, 1992). Construção simbólica que varia no tempo e no espaço.

⁵⁰ Revista latino-americana de Geografia e gênero, v. 7, n 2, páginas 212 a 219 - ago a dez de 2016.

trabalho assalariado - é/são problemáticos(s), pois incorre para a reificação e a ampliação de categorias que se orientam pela produção de mercadorias. Para esta autora a saída é não superestimar o trabalho abstrato e não praticar a sua ontologização. Ao contrário é pensar em sua crise (KRISIS).

Superestimar o trabalho é superestimar o princípio masculino e tautológico, que resulta justamente na dissociação do feminino em relação ao valor:

(...) o movimento feminista não precisa - para dar prova de seu valor (moral e econômico) - tentar a redefinição da atividade feminina em termos de trabalho, já que o "trabalho" é de certo modo a "raiz de todo o mal". Isso não significa, por sua vez, que a atividade feminina e as atribuições patriarcais a ela vinculadas, da forma como se manifestam hoje, sejam de algum modo "melhores" e permitam deduzir modelos para o futuro, como acreditam muitas feministas. De fato, a "esfera feminina" e as qualidades imputadas às mulheres representam somente o outro lado da moeda do trabalho abstrato no patriarcado ligado à forma-valor. Eis por que é tão errado referir-se positivamente à esfera feminina quanto ao "trabalho" em geral. (Scholz, 1992 - tese1. Grifos originais)

O princípio masculino do trabalho abstrato pode ser observado em diversos momentos dos relatos das trabalhadoras. Por exemplo, quando Maria, Eliane, Érica e tantas outras trabalhadoras do corte de cana são confrontadas sobre ser este um trabalho para homens ou quando Leila e também Érica são as únicas mulheres a integrar suas equipes. E também quando estudos (como os citados no item anterior) demonstram que mulheres enfrentam obstáculos que não acometem aos homens nos mesmos trabalhos.

Para Scholz (2004) o problema da diferença entre homens e mulheres ocorre nos planos "social-estrutural, individual e fundamental do valor-dissociação". A teoria do valor dissociação, a partir da "crítica do valor fundamental" realizada pelo grupo Krisis (aquela que coloca o valor e seu fim em si mesmo, como central na produção e reprodução da vida social moderna e, assim, fundante da forma social e seus desdobramentos - valores simbólicos - determinantes da sociabilidade), demonstra que só se pode entender a relação social total das sociedades modernas levando em conta que seu elemento fundante não é sexualmente neutro.

Trata-se de conceber que existe uma correlação entre capitalismo e patriarcado e somente a partir de seu entendimento é possível compreender as relações sociais, os papéis de cada sujeito sujeitado (KURZ). É pensar que o trabalho abstrato (produtor de valor) “constitui um princípio masculino fundamental que anda de mãos dadas com relações sexuais assimétricas” (SCHOLZ, 1992, tese 2) e coloca a cisão do que o feminino representa como não integrante do valor. Masculino este que não se refere ou, antes, restringe ao sexo biológico mas sim a um símbolo construído culturalmente⁵¹ e, destarte, variando do tempo e no espaço.

O núcleo de minha tese é o seguinte: a contradição básica da socialização através da forma-valor, de matéria (conteúdo, natureza) e forma (valor abstrato) é determinada com especificação sexual. Todo conteúdo sensível que não é absorvido na forma abstrata do valor, a despeito de permanecer como pressuposto da reprodução social, é delegado à mulher (dimensão sensível, emotividade, etc.). (...) Somente por meio dessa relação, porém, será possível explicar, para além do simples plano fenomênico, a problemática conceitual da cisão.

No entanto, a cisão sexualmente especificada não pode ser inferida diretamente da própria forma valor. Ao invés disso, ela é numa certa medida a sombra lançada pelo valor, mas que não pode ser apreendida por intermédio do instrumental “positivo” dos conceitos formulados por Marx. As cisões de que resultam a esfera feminina, o contexto de vida feminino e o âmbito de atividades imputado às mulheres (administração do lar, educação dos filhos, “convívio social”, etc.) são portanto elementos integrantes, por um lado, da socialização pelo valor, mas por outro, lhe são também exteriores. (op cit, tese 3).

A socialização, através da forma valor, se dá ou é determinada com especificação sexual. De maneira que a mulher, seus sentimentos, atributos, e psique são cindidos do valor ou do trabalho abstrato, que é o que “vale” na sociedade atual. Estar cindida é estar à sombra lançada pelo valor, é sua negação e afirmação dialeticamente falando ou ainda àquilo que é

⁵¹ Scholz destaca que “existe uma diferença-sexos-gêneros, uma dialética sexos-gêneros e natureza-cultura. É precisamente esta dialética que possibilita que o “sexo/gênero” seja preenchido com conteúdos diferentes de uma sociedade para outra, de uma cultura para outra, *constituindo, por isso, a condição* para que as alterações históricas da relação entre sexos se tornem possíveis.” (2004, p. 6).

escamotado, apartado, separado ou o dissociado do valor. Imputa à mulher, ao feminino e todos os sentimentos e atitudes que - culturalmente - lhe cabem, a condição de sempre valer menos.

Em vista disso, se recuperarmos dos capítulos anteriores a mulher colona considerada “meia enxada de trabalho” (SILVA, 1997b), que não participava dos acordos de trabalho com os donos das propriedades e cujo trabalho era considerado como parte do “ciclo vital familiar”, é possível entendê-la como determinada pela lógica do valor-dissociação.

Ou então hoje, quando Leila se veste parecida como homem para “se sentir igual” e Érica se identifica com “gostos de homem” (gostar de futebol e mecânica em suas palavras) e mesmo tem o marido e o pai presentes nas falas o tempo todo. Pode-se, talvez, auferir daí uma tentativa de acessar marginalmente a identidade posta culturalmente como masculina, para tentar “valer mais”.

E quando Maria, em entrevista, diz acreditar que as mulheres - e por conseguinte ela mesma - são mais fracas que os homens, o que torna natural que sejam preteridas no trabalho do corte da cana, ao mesmo tempo em que lava as roupas e equipamentos dela e de seu marido, para logo depois dedicar-se ao jantar, tudo isso depois de um dia exaustivo de trabalho. Enquanto ele, tranquilo, assiste à televisão. Ou seja, não se da conta de sua força, ao executar sua dupla jornada, pois enquanto mulher e cindida do valor tem introjetado que as atividades domésticas são seu legado e não entende aquilo como sendo algo que demonstre uma forma “força”.

Assim sendo, o valor-dissociação também pode ser concebido como uma lógica de ordem superior, que abrange as subcategorias regidas pela forma da mercadoria. Nesta medida, o valor-dissociação também implica uma relação sócio-psíquica específica: determinadas qualidades, atitudes e sentimentos avaliados como menores (sensualidade, emocionalidade, fraqueza de carácter e de entendimento, etc.) são projetados sobre “a mulher” e dissociados pelo sujeito masculino, que se constrói como forte, realizador, concorrencial, eficiente e por aí fora. Por isso também tem de ser levada em consideração a correspondente dimensão sócio-psicológica, bem como a dimensão cultural-simbólica, com o que o patriarcado produtor de mercadorias há de ser

apreendido como modelo civilizacional, e não apenas como um sistema económico. (Scholz, 2004, p.2)

Por fim, as inúmeras e quotidianas histórias de assédios sexuais vividos por elas todas, ou não vividos unicamente pelo fato de seus maridos integrarem a equipe. Ou do ciúmes do marido de Érica, que “aceita” que ela desempenhe aquele trabalho porque o chefe da equipe é amigo dele. Circunstâncias estas demonstram que este “modelo civilizacional” destitui as mulheres da propriedade de seu corpo, vontade e sexualidade e “tudo fica resolvido entre homens”.

Faz-se importante destacar que a teoria do valor-dissociado esta sujeita à mudança histórica. Ou seja, se no colonato a mulher era tida como “parideira de mão de obra” (SILVA, 1997b), hoje será e melhor se não tiver filhos. A própria família tradicional nuclear estudada por Engels em “A origem da família, da propriedade privada e do Estado” transforma e reconfigura-se. Os conceitos de masculino e feminino alteram-se de maneira que os mecanismos, estruturas e características do patriarcado variem temporal e espacialmente, absorvendo diferenças qualitativas e fazendo com que o modelo dualista.

Ou seja, é pensar que o patriarcado não atua enrijecendo as relações sociais a ponto de formatá-las igualmente em todos os lugares e tempos. Variar e responder a uma estrutura “fragmentária, contraditória e em si quebrada” (SCHOLZ, 2004, p.4) implica mais em manifestar tais determinações na subjetividade dos sujeitos sujeitados do que a “simples” tipificação de cargos de acordo com o gênero feminino ou masculino. Surgem, finalmente, inúmeras formas de determinação do valor-dissociado que no bojo do processo crítico da forma social, apenas asselvaja-se progressivamente.

Considerações finais

Este trabalho exprime em poucas páginas, um longo percurso de questionamentos e estudos sobre algumas das especificidades do ser mulher na modernidade crítica ou, antes, sobre a antípoda do ser sujeito na atual crise de reprodução social.

O percurso não se encerra aqui, nesta conclusão. Este é apenas um momento do longo e contraditório processo de reflexão sobre a forma social crítica a qual estamos inseridos. O longo e o contraditório estão materializados, pode-se dizer, no tempo em que se gestou este tgi. As “passadas do caminho” de pesquisa foram intercruzadas com as necessidades da reprodução da vida. Enquanto estas necessidades, por si só, carregadas das mesmas contradições e determinações do objeto de estudo desta pesquisa, tornava a própria reprodução da vida o objeto de pesquisa. E ver-se de fora e de dentro, sujeito sujeitoado e objeto objetivado é tão complicado quanto acompanhar este raciocínio.

Dito isto, apontamos para uma conclusão que em certa medida, quer e necessita ser debatida. Sobretudo por que ao longo do caminho de pesquisa, observamos que esta reflexão não daria conta da complexidade dos assuntos aqui retratados.

Podemos assim dizer, que restam incógnitas: aspectos da subjetividade apreendida pelas determinações do dissociado do valor (SCHOLZ) - para se alcançar uma concepção da forma social total - que guiam as maneiras como são internalizados os valores compartilhados nas relações sociais; assim como o pensamento acerca do conceito sexo-gênero que não tivemos oportunidade de aprofundar neste trabalho e que tem um longo e muito rico debate que necessita ser pensado e repensado - isso porque é um meio eficiente de compreender as inúmeras formas pelas quais estão materializadas as determinações sexuais sociais em nosso cotidiano; ou nos falta também, ainda, a reflexão sobre a migração enquanto determinação da crise do trabalho e, mesmo, o quanto as/os migrantes podem ser considerados dissociados do valor. Entre outras questões que merecem e poderão ser abordados em outros

momentos, mas que, por hora e força das limitações deste trabalho, não foram aprofundadas.

Em linhas gerais, concluímos que as determinações e divisões técnicas, espaciais, sexuais e sociais que recaem sob a mulher no âmbito do trabalho abstrato (que tentamos demonstrar ao longo deste texto com as trabalhadoras do corte de cana) e em outros aspectos de sua sociabilização, não poderão ser compreendidos sem o entendimento do valor-dissociado (SCHOLZ) e seus desdobramentos.

Ou seja, é dizer que o fato das mulheres trabalhadoras do corte de cana mecanizado ou manual (e poderíamos ampliar nossa análise para outras categorias de trabalhadoras) serem constantemente preteridas do trabalho - ganhando salários menores, enfrentando discriminações e desconfianças, sendo tolhidas em suas possibilidades de ascensão (não em todos os casos). E, ainda, como determinação do patriarcado produtor de mercadorias, estas mesmas mulheres (e a sociedade como um todo) internalizarem em boa medida, restrições inúmeras e multifacetadas que se materializam na maneira como vivenciam os espaços públicos, a própria sexualidade e propriedade de seus corpos, só pode ser pensado e compreendido levando-se em conta que a mulher expressa aquilo que é fora, avesso, escamoteado do que fundamenta a forma social total - o valor. Enquanto de fora do valor, a mulher representa o que “vale menos” bem como todos os comportamentos e sentimentos culturalmente associados a ela.

Forma social cuja reprodução se dá criticamente (KURZ, ALFREDO, KRISIS) e, portanto, determinando o devir das categorias sobre as quais o modo de produção capitalista - e a consequente reprodução da vida - se assentará. Movimento que, para nós, explica a formação da agroindústria sucroalcooleira brasileira e as relações de trabalho que se realizarão na figura do(a) colono(a) e, posteriormente, do(a) boia-fria.

Por fim, encerramos este trabalho com uma afirmação de Scholz (que para nós se coloca como necessidade de reflexão) de que as relações assimétricas entre os sexos ou o patriarcado somente poderão ser superadas/superado quando forem ultrapassadas a “forma fetichista da mercadoria que, pois é o fundamento da cisão patriarcal.” (*ibid*, 1992, tese 13).

Bibliografia

Acordo coletivo de trabalho setor canavieiro - corte manual. Ano 2013 - 2014. Disponível em: <http://www.serGuaíra.com.br/acordos/1389097913.pdf>. Acessado em 17/07/2017.

Acordo coletivo de trabalho setor canavieiro - corte manual. Ano 2014 - 2015. Disponível em: <http://www.serGuaíra.com.br/acordos/1448560505.pdf>. Acessado em 17/07/2017.

Acordo coletivo de trabalho setor canavieiro - empregado agrícola em geral. Ano 2015 - 2016. <http://www.serGuaíra.com.br/acordos/1448559874.pdf>. Acessado em 17/07/2017.

Alfredo, Anselmo. Modernização e reprodução crítica. Agroindústria do leite e contradições do processo de acumulação. Revista Geosp, n. 24, São Paulo, Discurso, 2006.

_____. Crise Imanente, abstração espacial. Fetiche do capital e sociabilidade crítica. Terra Livre. Ano 26, V1, número 34. São Paulo. 2010.

Alves, F. Por que morrem os cortadores de cana? In Revista Saúde e Sociedade, V. 15, N. 3, p. 90 a 98. São Paulo, 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/sausoc/v15n3/08.pdf>. Aceso em 18/07/2016.

Antunes, Ricardo e Silva, Maria Aparecida Moraes. O avesso do trabalho. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

_____. Os sentidos do trabalho, ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. São Paulo: Editora Boitempo, 2006.

Barcellini, Mariana Leme. Modernização e produção automobilística no estado de São Paulo. Transformações no processo de trabalho e sua leitura geográfica (1970-1990). TGI - Departamento de Geografia, USP. 2012.

Botelho, Maria Izabel Vieira. In Scopinho, R. e Vallareli, L. Modernização e Impactos Sociais: o caso da agroindústria sucroalcooleira na área de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1995.

Carvalho, Terezinha Brumatti. A questão de gênero nos sindicatos de Presidente Prudente – SP. Dissertação de mestrado apresentada ao Depto de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, 2003.

Cisne, Mirla. Gênero, divisão sexual do trabalho e serviço social. São Paulo. Ed Outras Expressões. 2012.

Connell, Raewyn e Pearse, Rebecca. Gênero, uma perspectiva global. São Paulo. Ed. Nversos. 2015.

Heidemann, Dieter. Um novo modo de ser (inclusive migrante): Flexi-existência “just in time”. In *Revista Travessia*. CEM, Ano XVI, número 45, São Paulo, Janeiro-Abril, 2003.

_____. Os migrantes e a crise da sociedade do trabalho: Humilhação secundária, resistência e emancipação. In: *Migrações: Discriminação e Alternativas*. Ed. Paulinas, São Paulo, 2004.

Elias, Denise. Globalização e agricultura. São Paulo: Edusp, 2003.

Engels, Friedrich. A origem da família, da propriedade privada e do Estado. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. 2000.

Furtado, Celso. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Cia Editora Nacional, 2003.

Franco, Maria. A luta pela terra sob o enfoque de gênero: os lugares da diferença no Pontal do Paranapanema. Dissertação de Doutorado apresentada ao Depto de Geografia, Faculdade de Ciência e Tecnologia, UNESP, 2004.

Gaudemar, Jean-Paul de. A mobilidade do trabalho e a acumulação do capital. Lisboa: Estampa, 1977.

Grupo Krisis. Manifesto contra o trabalho. São Paulo: Cadernos do Labor, Usp/FFLCH/Depto de Geografia – Laboratório de Geografia Urbana, 1999.

Kurz, Robert. O colapso da modernização. São Paulo: Paz e Terra, 2004.

Martins, José de Souza. *O cativo da terra*. São Paulo: HUCITEC, 2004. 8ª ed.

_____. Não há terra para plantar neste verão. Rio de Janeiro: Ed. Vozes. 1986.

_____. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: *Não há terra para plantar neste verão*. Petrópolis: Editora Vozes, 1986.

Marx, Karl. O capital, Crítica da Economia Política. Vol. I, Tomos I e II. Os Economistas. São Paulo: Editora Abril, 1996.

Ministério Público do Trabalho em Campinas. Usina Sucroalcooleira Abengoa é condenada a encerrar salário por produção no corte de cana. Disponível em: <http://www.prt15.mpt.gov.br/2-uncategorised/450-abengoa-e-condenada-a-encerrar-salario-por-producao-no-corte-de-cana>. Acessado em 17/07/2016.

Monbeig, Pierre. Pioneiros e Fazendeiros de São Paulo. São Paulo: Hucitec, 1984.

Moreira, Emília; TARGINO, Ivan. Capítulos de Geografia Agrária da Paraíba. João Pessoa: Universitária UFPB, 1997.

Oliveira, Ariovaldo Umbelino. Modo capitalista de produção e agricultura. São Paulo: Ática, 1986.

_____. Geografia agrária: perspectivas no início do século XXI. In: Oliveira, A. U. e Marques, M. M. (org). O campo no século XXI. São Paulo. Casa Amarela/Paz e Terra, 2004, p. 26 - 70.

Piscitelli, Adriana. Re-criando a (categoria) mulher?. In: Algranti (org). A Prática feminista e o conceito de gênero. Textos didáticos. São Paulo. IFCH/Unicamp. 2002.

Pitta, Fabio Teixeira. Modernização retardatária e agroindústria sucroalcooleira paulista: o Proálcool como reprodução fictícia do capital em crise. Dissertação de Mestrado apresentada ao Depto de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 2011.

Prado Junior, Caio. Formação do Brasil contemporâneo. São Paulo: Brasiliense, 2008. 23ª ed.

Rago, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: Priori, M. Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1997.

Repórter Brasil. Cortadores de cana têm vida útil de escravo em SP. <http://reporterbrasil.org.br/2007/04/cortadores-de-cana-tem-vida-util-de-escravo-em-sp/>. Acessado em 17/07/2016.

Revista latino-americana de Geografia e gênero, v. 7, n 2, páginas 212 a 219 - ago a dez de 2016.

Ribeiro, Clara Leme. Migração feminina e mobilidade do trabalho: mulheres bolivianas em São Paulo. TGI - Departamento de Geografia - USP. 2015.

Rossini, Rosa Ester. Superando a discriminação: mulher e trabalho na modernidade tecnológica no Brasil. In: Cursos e Eventos, Populações: (Con)vivência e (In)tolerância. São Paulo: Editora Humanistas, 2004.

_____. Nas atividades econômicas a modernidade tecnológica exclui homens e mulheres. Incorpora mais a mulher na cidade e menos no campo. In: Geousp, número 12.

_____. Geografia e Gênero. A mulher na lavoura canavieira Paulista. Tese de Livre Docência apresentada ao Depto de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, 1987.

Rubin, Gayle. O tráfico de mulheres: notas sobre a “economia política do sexo”. 1973. Disponível em: <<https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/1919>>. Último acesso em 22/07/2016.

Sampaio, Mateus de A Prado. Morro Agudo: O maior produtor de cana-de-açúcar do Brasil. Inter-relações entre local, regional, nacional e global. Trabalho de Graduação Individual apresentado para o Depto de Geografia, Faculdade de Filosofia Letras e Ciências Humanas, USP, São Paulo, 2007.

Scopinho, Rosemeire Aparecida e Vallareli, Leandro. Modernização e Impactos Sociais: o caso da agroindústria sucroalcooleira na área de Ribeirão Preto. Rio de Janeiro: Ed. Fase, 1995.

Silva, J. Graziano. *Progresso Técnico e Relações de Trabalho na Agricultura*. São Paulo: Hucitec, 1981.

_____. *O novo rural brasileiro*. In *Revista Nova Economia*, v 7, n.1, p. 43 - 81. Belo Horizonte. 1997b.

Silva, Maria Joseli. Geografia e gênero no Brasil: uma análise da feminização do campo científico. 2009. Disponível em: <https://revistas.ufg.br/ateli/article/view/7333>. Último acesso em 22 de julho de 2016.

Silva, Lucília Firmino. O trabalho rural em Guaíra/SP e a política municipal de assistência social. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Faculdade de História, Direito e Serviço Social, Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”, Franca, 2009.

Silva, Maria Aparecida Moraes. De colona a boia-fria. In: Priori, M. Del. História das mulheres no Brasil. São Paulo: Editora Contexto, 1997b.

_____. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora Unesp, 1998.

_____. Se eu pudesse eu quebrava todas as máquinas. In: O avesso do trabalho. Antunes, Ricardo e Silva, Maria Aparecida Moraes. São Paulo: Expressão Popular, 2004.

Sholz, Roswitha. O Valor é o homem: teses sobre a socialização pelo valor e a relação entre os sexos. 1992. Disponível em: <http://antivalor.vilabol.uol.com.br/textos/krisis/roswitha/tx_roswi_002.htm>. Último acesso em: 04 de abril de 2016.

_____. A nova crítica social e o problema das diferenças. 2004. Disponível e: <http://obeco.planetaclix.pt/roswitha-scholz3.htm>. Último acesso em: 22 de julho de 2016.

Tipo de atividade desenvolvida em cada mês (Se não trabalha na agricultura durante todo ano, especificar as atividades realizadas).

Jan.
Fev.
Mar.
Abr.
Ma.
Jun.
Jul.
Ago.
Set.
Out.
Nov.
Dez.

Paga I. N. S. S.: sim () não ()

Já usou os serviços do I. N. S.S.: sim () não ()

É sócio de alguma :

- Cooperativa: sim () não () Qual?

- Associação: sim () não () Qual?

- Sindicato: sim () não () Qual?

Há alguma melhoria ocorrida para o trabalhador que corta cana nos últimos anos?

Por que acha que ela foi aplicada?

Pretende mudar de (trabalho) ocupação: sim () não ()

Para qual:

Por que:

Qual sua relação com a turma?

Há um aumento do número de máquinas sendo empregadas no corte da cana, como isso é visto?

Como é a relação homem/mulher nos aspectos que tangem à divisão do trabalho no campo?

3-Família

Números de pessoas que mora na casa:

Nome	Parentesco (*)	idade	Sexo	Local de nasci. Cidade/Estado Z.R./ Z. U.	Estuda S/ N	Escola ridade	Trabalha S/N	Em que trabalha	Onde	Salário Mensal R\$

(*) pai, mãe, irmão, etc.

Número de pessoas da família que não moram mais na casa

nome	parentesco (*)	sexo	idade	quando saiu (ano)	para onde	motivo

(*) pai, mãe, irmão, etc.

A família pretende mudar da cidade? Sim () Não ()

Para qual cidade: Zona Rural:() Zona Urbana: () Estado:

Porque?:

Do total que família recebe mensalmente quanto é gasto, aproximadamente em:

Alimentação: Aluguel: Contas (água, luz, telefone, prestações,etc.):

A família tem outros rendimentos além daqueles oriundos do trabalho (Ex. renda, aluguel, arrendamento, programa governamental, etc.). Quais ? Quanto, aproximadamente ?

4. Bens

Casa Própria () Alugada () Cedida () Emprestada () Ocupada ()

Números de cômodos:

Bens possuídos pela família

	S/N	Onde comprou (cidade)	Quando (ano)	À vista ou a prestação
Automóvel				
Outro veículo (especificar)				
Bicicleta				
Televisão				
Rádio elétrico				
Pilha				
Fogão				
Máquina de costura				
Geladeira				
Liquidificador				
Vídeo				
DVD				
Celular				
Computador				
Antena Parabólica				
Tanquinho				
Máquina de lavar				

Fazer uma redação descrevendo a vida diária destas pessoas, como por exemplo: hora que levantam, a que horas saem para o trabalho, quanto tempo viajam, quantas pessoas viajam juntas. Há separação nos caminhões ou outro veículo entre homens e mulheres? Vestimenta utilizada e o porquê desta. O que comeram e beberam durante o dia ontem no almoço, no lanche, etc. Horário de almoço de café e do término do trabalho. Como trabalham. Hora em que chegam em casa. Quem supervisiona o trabalho. Quem faz o pagamento. Forma de pagamento. O que pensam a respeito do trabalho e do futuro para si e seus filhos, etc.